



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 193/2015

Dispõe sobre o Quadro Próprio e Cargos
Comissionados do Departamento de
Trânsito do Estado do Paraná –
DETRAN/PR, conforme especifica.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte Lei:**

TÍTULO I

QUADRO PRÓPRIO DO DETRAN/PR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, constituído por cargos públicos de provimento efetivo, com quantidades fixadas por cargo e classe, na forma do Anexo I desta Lei, será composto por 3 (três) carreiras, assim denominadas:

I - Carreira de Analista de Atividades de Trânsito, composta pelo cargo de Analista de Atividades de Trânsito, estruturada em 3 (três) classes com 12 (doze) referências;

II - Carreira de Técnico de Atividades de Trânsito, composta pelo cargo de Técnico de Atividades de Trânsito estruturada em 3 (três) classes com 12 (doze) referências;

III - Carreira de Auxiliar de Atividades de Trânsito, composta pelo cargo de Auxiliar de Atividades de Trânsito, estruturada em 3 (três) classes com 12 (doze) referências.

§ 1º São integrantes do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, regulamentado por esta lei, os servidores estatutários, ocupantes de cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 13.866 de 05 de julho de 2002, alocados no DETRAN/PR, que assim optarem na forma do art. 33 desta Lei.

§ 2º A carreira referida no inciso III deste artigo constará no Quadro Próprio do DETRAN/PR – QPDE em extinção.

§ 3º As quantidades de cargos vagos na classe poderão ser redistribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

CAPÍTULO II

DA CONCEITUAÇÃO ESTRUTURAL DA CARREIRA DO QPDE

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Carreira: agrupamento de cargos, escalonados em classes e referências, constantes em tabela de referência de vencimento;

II - Cargo: é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional, que devem ser cometidas ao servidor, composto por uma ou mais funções relacionadas ao desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por Lei, com denominação própria, pagamento pelo arário e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - Função: conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente, de caráter específico para o desempenho de tarefas em um cargo de mesmo grau de complexidade/responsabilidade;

IV - Grau de Complexidade/responsabilidade: atributo do cargo referente ao requisito de escolaridade e complexidade de tarefas desempenhadas;

V - Provimento: é o ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

VI - Progressão: é a passagem do servidor estável de duas referências salariais imediatamente superiores na mesma classe, limitada à referência final da classe.

VII - Promoção: passagem do servidor público estável, e em efetivo exercício em uma classe, para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo, de acordo com Tabela de Referência de Vencimento, poderá ser concedida por titulação ou antiguidade;

VIII - Realocação: movimentação funcional dentro do mesmo órgão, observados os critérios previamente estabelecidos pelo titular do DETRAN, ficando condicionada ao juízo de conveniência e interesse da administração pública, a pedido do funcionário ou *ex-officio*.

IX - Tabela de Referência de Vencimento: é a sequência escalonada verticalmente de referências do vencimento do cargo, dividida em 3 (três) classes;

X - Amplitude Salarial: intervalo entre o menor e o maior vencimento da Tabela de Referência de Vencimento, compreendida a primeira referência da Classe Inicial e a última referência da Classe Final;

XI - Vencimento: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível (referência salarial) fixado em Lei;

XII - Remuneração ou Vencimentos: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por Lei;

XIII - Interstício: é o prazo mínimo exigido para solicitar nova promoção ou progressão;

XIV - Perfil Profissiográfico: é o documento formal da descrição de funções dos cargos, indicando tarefas genéricas, específicas e especializadas, requisitos de escolaridade, exigências físicas, psicológicas e profissionais e demais condições necessárias ao desempenho do servidor nos cargos e funções.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

CAPÍTULO III DO INGRESSO E PERFIL PROFISSIONAL

Art. 3º O ingresso no Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR se dará mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, observada a escolaridade estabelecida no Anexo II desta Lei, podendo integrar a seleção o exame psicológico, passível de delegação sob supervisão do órgão da administração de pessoal do Poder Executivo, bem como Curso de Formação, exceto para cargo/função em extinção.

§ 1º A inspeção médica precederá sempre o ingresso no serviço público estadual.

§ 2º A inspeção médica e, se exigido no concurso, o exame psicológico, terão caráter eliminatório.

§ 3º O Curso de Formação, quando houver, terá caráter eliminatório ou classificatório.

§ 4º Outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função, poderão ser previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

Art. 4º O ingresso na carreira se dará na classe e referência inicial e de acordo com as exigências previstas para o cargo e função.

Art. 5º Será adotado o Perfil Profissiográfico para a realização de concurso público, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação entre unidades do DETRAN, formação, capacitação profissional, aperfeiçoamento e outros institutos de desenvolvimento em cada carreira.

§ 1º O Perfil Profissiográfico completo será encaminhado para publicação pelo DETRAN/PR no prazo de até doze meses a partir da edição desta Lei, por meio de Resolução Conjunta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e da Casa Civil, com participação do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.

§ 2º A regulamentação dos critérios e dos instrumentos específicos relativos à configuração do Perfil Profissiográfico poderá ser alterada, sempre que se considerar necessário ou de interesse institucional, por meio de Resolução Conjunta nos moldes da Resolução que regulamentar o Perfil Profissiográfico.

CAPÍTULO IV DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 6º O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo do DETRAN/PR, em virtude de concurso público, será submetido à Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório – AVDE, uma por ano, nos três primeiros anos como condição para aquisição da estabilidade.

Art. 7º O período de estágio probatório será de 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo.

Art. 8º A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório – AVDE verificará a aptidão, a capacidade, a adaptação, a adequação e a eficiência do servidor no desempenho das atribuições do cargo e função para os quais foi nomeado.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, regulamentará a Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório.

Art. 9º A estabilidade será declarada por ato conjunto da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP e o Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, após encerramento do processo de avaliação de desempenho do estágio probatório.

Art. 10. A reprovação na avaliação do estágio probatório resultará na exoneração do servidor, respeitados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei.

CAPÍTULO V **DA CARGA HORÁRIA, DA JORNADA E DO REGIME DE TRABALHO**

Art. 11. A carga horária dos cargos e funções constantes das carreiras do DETRAN/PR, é de 40 (quarenta) horas semanais, com jornada de 8 (oito) horas diárias, com exceção da função de médico que será de 20 horas semanais com jornada de 4 (quatro) horas diárias.

CAPÍTULO VI **DOS INSTITUTOS DE DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA**

Art. 12. O desenvolvimento profissional nas carreiras se dará pelos institutos da progressão e promoção, formalizado por meio de requerimento do servidor, atendendo as normas estabelecidas.

Art. 13. A progressão poderá ser concedida por titulação, ao servidor estável, a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício na referência, e uma vez atendidos os seguintes requisitos:

I – Cargo de Analista de Atividades de Trânsito ocorrerá por titulação, com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas de curso, relacionadas a sua função ou atividade desenvolvida, em cursos reconhecidos pelo DETRAN/PR ou pela Escola de Governo;

II – Cargo de Técnico de Atividades de Trânsito ocorrerá por titulação, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas de curso, relacionadas com a função ou atividade desenvolvida, em cursos reconhecidos pelo DETRAN/PR ou pela Escola de Governo;

III – Cargo de Auxiliar de Atividades de Trânsito ocorrerá por titulação, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas de curso, relacionadas com a função ou atividade desenvolvida, em cursos reconhecidos pelo DETRAN/PR ou pela Escola de Governo;

§ 1º Para a concessão da progressão deverá ser respeitado interstício de tempo mínimo de 2 (dois) anos da última progressão.

§ 2º Os cursos realizados pela Escola de Governo do Paraná – Sistema Integrado de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos serão aceitos para os fins da progressão por titulação.

§ 3º A primeira progressão somente poderá ser requerida após o cumprimento do estágio probatório.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 4º Para fins do disposto nos termos de titulação, considera-se como cursos, eventos de aperfeiçoamento ou capacitação, promovidas por entidades privadas ou públicas devidamente reconhecidas no campo de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos ou nos termos de educação profissional.

Art. 14. A promoção ocorrerá alternadamente, pelos critérios de antiguidade e merecimento, sendo que na primeira promoção, o servidor deverá optar pelo critério que entender mais conveniente.

§ 1º Poderá concorrer à promoção pelo critério de antiguidade o servidor que se encontre na Classe III, com tempo mínimo de 15 (quinze) anos completos de efetivo exercício.

§ 2º Poderá concorrer à promoção pelo critério de antiguidade o servidor que se encontre na Classe II, com tempo mínimo de 20 (vinte) anos completos de efetivo exercício.

§ 3º Poderá concorrer à promoção pelo critério merecimento o servidor que se encontre na Classe III, com tempo mínimo de 10 (dez) anos completos de efetivo exercício e titulação superior à exigida para o ingresso, na forma do § 5º deste artigo.

§ 4º Poderá concorrer à promoção pelo critério merecimento o servidor que se encontre na Classe II, com tempo mínimo de 20 (vinte) anos completos de efetivo exercício e titulação superior à exigida para o ingresso, na forma do § 5º deste artigo.

§ 5º A titulação para fins de promoção por merecimento atenderá aos seguintes critérios:

I - para os servidores ocupantes do cargo de Analista de Atividade de Trânsito, titulação compatível com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação na forma de pós-graduação, nas modalidades especialização, mestrado ou doutorado, conforme a legislação que rege a matéria, realizada por instituição de ensino legalmente reconhecida;

II - para os servidores ocupantes do cargo de Técnico de Atividade de Trânsito:

a) titulação na forma de curso de ensino médio profissionalizante que não tenha sido exigência de ingresso, curso pós-médio, graduação, pós-graduação, nas modalidades especialização, mestrado ou doutorado conforme a legislação que rege a matéria, realizada por instituição de ensino legalmente reconhecida;

b) cursos que perfaçam, no mínimo, somatória de 180 (cento e oitenta) horas, compatível com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação.

III - Para os servidores ocupantes do cargo de Auxiliar de Atividade de Trânsito:

a) titulação na forma de curso de ensino médio, curso de ensino médio profissionalizante, curso pós-médio, graduação, pós-graduação, nas modalidades especialização, mestrado ou doutorado conforme a legislação que rege a matéria, realizada por instituição de ensino legalmente reconhecida;

b) cursos que perfaçam, no mínimo, somatória de 80 (oitenta) horas, compatível com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação.

Art. 15. O tempo a ser computado para fins de promoção observará:

I - o período de estágio probatório;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

II - não contemplará tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Poder Público.

Parágrafo único. A promoção ocorrerá somente dentro de uma mesma carreira correspondente ao cargo e função ao servidor estável.

Art. 16. A comprovação do título ANTIGÜIDADE se dará através dos registros disponíveis no sistema de Recursos Humanos administrados pela SEAP em anos de efetivo exercício medido em tempo para adicional.

Art. 17. A comprovação do título MERECIMENTO se dará mediante apresentação de fotocópia autenticada frente e verso, do diploma ou certificado acompanhado do histórico escolar e através dos registros disponíveis no sistema de Recursos Humanos administrados pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 18. Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e/ou aqueles contemplados em regulamento específico, os quais ficarão sem eficácia para os institutos de desenvolvimento na carreira e os efeitos financeiros serão contados a partir da data de publicação de ato de concessão da promoção ou progressão.

Parágrafo único. Cursos ministrados pelo DETRAN/PR, os quais são específicos para desempenhar funções próprias do Departamento serão aceitos para promoção e progressão.

Art. 19. O servidor não poderá se candidatar à promoção por titulação ou à progressão nos casos de afastamento em virtude de mandato eletivo ou disposição funcional para outras esferas do poder.

Parágrafo único. Não haverá promoção de aposentados, geradores de pensão, servidores afastados sem remuneração.

CAPÍTULO VII DOS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

Art. 20. O DETRAN/PR e a Escola de Governo instituirão cursos de aperfeiçoamento profissional, voltado para a capacitação e especialização do servidor na carreira, os quais observarão regulamentação estabelecida por ato próprio do Diretor-Geral do DETRAN/PR.

Parágrafo único. Os cursos terão por objetivo a formação e a capacitação profissional na busca constante da excelência dos serviços prestados.

CAPÍTULO VIII DO VENCIMENTO, DA REMUNERAÇÃO E VERBAS INDENIZATÓRIAS

Art. 21. A estrutura de remuneração dos servidores do DETRAN de cargos de provimento efetivo é composta por:

- I - Vencimento Básico;
- II - Adicional por Tempo de Serviço;
- III - Salário Família.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Parágrafo único. Aplica-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, a Tabela de Referência de Vencimento, na forma do Anexos III, desta Lei.

Art. 22. As gratificações e demais benefícios referidos neste capítulo serão devidos ao servidor alocado na respectiva unidade do DETRAN, e enquanto estiver no exercício de suas atribuições ou funções, cessando seu pagamento quando do afastamento não remunerado ou disposição funcional.

Art. 23. Será concedida aos servidores do QPDE, nos termos de Ato do Chefe do Poder Executivo e sem prejuízo de outros benefícios ou vantagens que venham a ser instituída por Lei, a Gratificação pelo Exercício de Serviço de Trânsito Específico – GESTE, I, II, III, IV e V fixada em valor unitário, como indicado nos incisos subsequentes, de natureza transitória, relativa ao desenvolvimento de atividades associadas às bancas examinadoras de trânsito teórico e prático, fiscalização e inspeção veicular, exposição às intempéries, entre outras atribuições que competem a essas atividades, na seguinte graduação:

I – GESTE I: Correspondente à aplicação de Exame Prático de Direção Veicular, no valor de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por exame;

II – GESTE II: Correspondente à aplicação de Exame Teórico, no valor de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por turma, limitando ao máximo de dez turmas diárias;

III – GESTE III: Correspondendo à prestação de Serviço de Vistoria, a ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

IV – GESTE IV: Correspondendo à prestação de Serviço de Junta Administrativa de Recursos de Defesa Prévia, a ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

V – GESTE V: Correspondendo à R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) por aula, pelo desempenho e exercício de Instrutor de Curso de Reciclagem para Condutores Infratores.

Parágrafo único: Os servidores farão jus à GESTE, devendo ter conhecimentos técnicos pedagógicos, conforme critérios estabelecidos pelo DETRAN, e serem designados através de Portaria do Diretor-Geral do DETRAN.

Art. 24. A GESTE será concedida aos servidores do QPDE, nos termos de ato do Chefe do Poder Executivo, e sem prejuízo de outros benefícios ou vantagens que venham a ser instituídas por Lei.

TÍTULO II

DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I

DOS CARGOS EM PROVIMENTO EM COMISSÃO - CC

Art. 25. Ficam transformados 1 (um) cargo de Chefe de Controladoria, símbolo DAS-5; 1 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5; 1 (um) cargo de Chefe de Núcleo de Controle Interno, símbolo DAS-5; 3 (três) cargos de Assistente de Tecnologia, símbolo 1-C; 1 (um) cargo de Chefe de Ciretran C, símbolo 2-C; 6 (seis) cargos de Assistente Técnico de



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Comunicação Social, símbolo 2-C; 103 (cento e três) cargos de Assistente de Coordenadoria, símbolo 4-C; 24 (vinte e quatro) cargos de Assistentes de Ciretran A, símbolo 7-C; 50 (cinquenta) cargos de Assistentes de Ciretran B, símbolo 7-C e 76 (setenta e seis) cargos de Assistentes de Ciretran C, símbolo 7-C em 2 (dois) cargos de Chefe de Núcleo, símbolo DAS-5; 1 (um) cargo de Chefe de Coordenadoria, símbolo DAS-5; 3 (três) cargos de Assistente Técnico de Diretoria, símbolo 1-C; 7 (sete) cargos de Assistente de Diretoria, símbolo 2-C; 103 (cento e três) cargos de Assistente, símbolo 4-C; 150 (cento e cinquenta) cargos de Assistente, símbolo 7-C.

Art. 26. Os cargos em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná, conforme Anexo IV desta Lei, são os seguintes: 01 (um) cargo de Diretor-geral, símbolo DAS-1; 04 (quatro) cargos de Diretor, símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de Chefe de Controladorias, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Ouvidor, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Chefe de Ciretran A, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5; 02 (dois) cargos de Chefe de Núcleo, símbolo DAS-5; 11 (onze) cargos de Chefe de Coordenadorias, símbolo DAS-5; 02 (dois) cargos de Assessor, símbolo DAS-5; 04 (quatro) cargos de Assistente de Engenharia e Arquitetura, símbolo 1-C; 12 (doze) cargos de Assistente Técnico de Diretoria, símbolo 1-C; 24 (vinte e quatro) cargos de Chefe de Ciretran B, símbolo 1-C; 11 (onze) cargos de Assistente Técnico Jurídico, símbolo 1-C; 14 (quatorze) cargos de Assistente de Diretoria, símbolo 2-C; 05 (cinco) cargos de Chefe de Posto, símbolo 2-C; 75 (setenta e cinco) cargos de Chefe de Ciretran C, símbolo 2-C; 103 (cento e três) cargos de Assistente, símbolo 4-C; 150 (cento e cinquenta) cargos de Assistentes, símbolo 7-C; e 1 (um) cargo de Assistente, símbolo 10-C.

CAPÍTULO II

DAS FUNÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Art. 27. As Funções de Gestão Pública do Departamento de Trânsito do Paraná, conforme Anexo V desta Lei, são as seguintes: 01 (uma) função de gestão pública de Assessor, símbolo FG-5; 02 (duas) funções de gestão pública de Assistente Técnico de Diretoria, símbolo FG-10; 03 (três) funções de gestão pública de Assistente de Diretoria, símbolo FG-11 e 06 (seis) funções de gestão pública de Assistente de Coordenadoria, símbolo FG-13.

TÍTULO III

DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DE CONFIANÇA E DAS GRATIFICAÇÕES DE ENCARGOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I

DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DE CONFIANÇA – FCC

Art. 28. A Função Comissionada de Confiança criada pela Lei nº 17.075, de 23 de janeiro de 2012, exclusiva para servidores do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR e que, cumulativamente, exerçam atribuições de Chefia de

Divisão, Chefia de Setor e Supervisão de Unidade Organizacional, passa a ser regulamentada por esta Lei, com quantidades e valores, de acordo com o Anexo VI desta Lei.

§ 1º A Função Comissionada de Confiança do DETRAN/PR – FCC é de responsabilidade e livre designação e dispensa do Diretor-Geral do DETRAN/PR, de acordo com critérios definidos em regulamentação interna, deixando de ser devida no momento em que cessar o exercício da atribuição da respectiva responsabilidade.

§ 2º A Função Comissionada de Confiança – FCC é inacumulável com Cargo de Provimento em Comissão, Funções Gratificadas, Tempo Integral e Dedicção Exclusiva – TIDE e outras gratificações e adicionais com a mesma natureza e característica.

§ 3º. A distribuição das FCCs será determinada no Regimento Interno do DETRAN/PR.

Art. 29. A Função Comissionada de Confiança – FCC é acessível quando preenchidas as condições previstas em lei e seus regulamentos.

§ 1º A Função Comissionada de Confiança – FCC é vinculada ao exercício de atividades técnico-gerenciais das estruturas organizacionais formais, possuindo caráter transitório.

§ 2º O ato de provimento a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser na forma de designação da autoridade máxima da entidade, publicada no Diário Oficial do Estado, contendo o nome completo do ocupante, RG, código ou simbologia da função e denominação da função.

§ 3º Não poderão ser designados ocupantes para Funções Comissionadas de Confiança em período retroativo superior a 30 (trinta) dias.

Art. 30. A contribuição previdenciária do servidor cometido de Função Comissionada de Confiança – FCC incidirá somente sobre a remuneração da carreira.

CAPÍTULO II

DA GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS – GEE

Art. 31. A Gratificação de Encargos Especiais criada pela Lei nº 17.466 de 02 de janeiro de 2013, exclusiva para servidores do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, passa a ser regulamentada por esta Lei com valor de acordo com o Anexo VIII desta Lei.

§ 1º A gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores lotados no DETRAN ocupantes de cargos efetivos, (Quadro Próprio dos Servidores do DETRAN do Estado do Paraná – QPDE), é instituída por atuação direta em atividade técnica e de suporte técnico administrativo, relacionadas à execução de Programas de Políticas Públicas de interesse da área de trânsito.

§ 2º Para efeitos desta lei, consideram-se como atividade técnica e de suporte técnico-administrativo, aquelas exclusivamente relacionadas à programação, ao projeto, ao planejamento, à execução, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação, ao controle e às atividades de apoio administrativo exercidas no âmbito do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, tendo como objetivo a melhoria de resultados, fixada em acordos de gestão, celebrados entre o órgão, seus dirigentes e o Poder Executivo.

§ 3º Na hipótese de o servidor ocupar cargo de provimento efetivo e cargo de provimento em comissão, simultaneamente, nos casos e formas previstas em Lei, deverá optar pela

percepção dos encargos especiais, ou do cargo em comissão.

§ 4º Os encargos especiais não integram a base de cálculo de qualquer outra gratificação, adicional ou vantagem que o servidor perceba ou venha a perceber, à exceção das férias e gratificação natalina, e será incorporável na forma da legislação previdenciária vigente.

Art. 32. Não será devida a gratificação criada no art. 31 desta Lei aos servidores que se enquadram nas seguintes condições:

- I - estiverem à disposição ou cedidos a outros órgãos ou entidades, independente do ônus;
- II - passarem ao gozo de licença para o trato de interesses particulares;
- III - não estiverem em efetivo exercício.

Art. 33. O ato de concessão da Gratificação de Encargos Especiais é de competência do Diretor-Geral do Departamento de Trânsito.

TÍTULO IV

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa do DETRAN/PR, ouvidos os órgãos competentes.

Art. 35. Os servidores atualmente lotados no DETRAN/PR têm o prazo de 90 (noventa) dias para optar pelo não enquadramento no QPDE.

Parágrafo único: O enquadramento no QPDE deverá obedecer a correlação de cargos e funções, na forma do Anexo VII desta Lei, na mesma classe e referência ou com valor igual ou imediatamente superior ao atualmente recebido, respeitada a correlação da classe e referência. Os servidores lotados no Departamento de Trânsito no momento da promulgação desta Lei, e optarem em permanecer no QPPE, poderão fazer jus às Gratificações e às FCCs descritas nesta Lei.

Art. 36. O primeiro procedimento de promoção e progressão deste Plano de Carreira terá início a partir de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da entrada em vigor desta Lei, não tendo validade os requerimentos protocolados antes desse prazo; os títulos utilizados pelos servidores para promoção ou progressão no Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE não poderão ser utilizados novamente para fins de promoção ou progressão no Quadro Próprio do DETRAN/PR – QPDE.

Art. 37. Nos casos omissos desta Lei aplicam-se as disposições contidas na Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 38. Será criado grupo interdisciplinar, nos moldes e prazo do artigo 5º desta Lei, para apresentar estudo de necessidade de competências, quantidade e alocação de servidores, objetivando a continuidade da prestação dos serviços públicos de competência do DETRAN/PR, primando pela eficiência e todos os princípios que norteiam a atividade administrativa, e de acordo com o plano estratégico definido para a entidade.

Art. 39. Os valores do vencimento, a Função Comissionada de Confiança e demais gratificações previstas nesta Lei será reajustado no mesmo percentual e nas mesmas datas previstas na Lei de reajuste geral e anual dos servidores públicos do Estado.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 40. Fica assegurado aos servidores, em afastamento funcional para desempenho de mandato eletivo em sindicato ou associação de classe, o direito de promoção e progressão na carreira e retorno à lotação de origem, respeitados os critérios definidos nesta lei.

Art. 41. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 42. Revoga:

I - a Lei nº 17.075, de 23 de janeiro de 2012; e

II - a Lei nº 17.466, de 02 de janeiro de 2013.

ANEXO I

TABELA DE QUANTIDADE DE CARGOS FIXADAS POR CLASSE

Auxiliar de Atividade de Trânsito	CLASSE	QUANTIDADE
	III	0
	II	1
	I	127
	Total	128

Técnico de Atividade de Trânsito	CLASSE	QUANTIDADE
	III	112
	II	550
	I	164
	Total	826

Analista de Atividade de Trânsito	CLASSE	QUANTIDADE
	III	12
	II	8
	I	13
	Total	33

ANEXO II

TABELA DE CARGOS E FUNÇÕES

CARREIRA - Auxiliar de Atividade de Trânsito			
Auxiliar de Atividade de Trânsito	FUNÇÕES	REQUISITO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO	QUANTIDADE
	Auxiliar de Atividade de Trânsito (à extinguir)	ENSINO FUNDAMENTAL	128

CARREIRA: Técnico de Atividade de Trânsito			
Técnico de Atividade de Trânsito	FUNÇÕES	REQUISITO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO	QUANTIDADE
	Técnico de Atividade de Trânsito	Ensino Médio Completo	826

CARREIRA: Analista de Atividade de Trânsito			
Analista de Atividade de Trânsito	FUNÇÕES	REQUISITO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO	QUANTIDADE
	Administrador	Graduação em Administração	10
	Agente Profissional -- Nível Superior (à extinguir)	Graduação em qualquer área	7
	Contador	Graduação em Ciências Contábeis	4
	Economista	Graduação em Economia	4
	Engenheiro Civil	Graduação em Engenharia Civil	1
	Médico (cargo à extinguir)	Graduação em Medicina	3
	Psicólogo RH	Graduação em Psicologia	4

ANEXO III
Tabela de Referência de Vencimento

Auxiliar			
Referência	CLASSE III	CLASSE II	CLASSE I
1	887,35	1.386,18	2.165,44
2	918,40	1.434,69	2.241,24
3	950,56	1.484,92	2.319,69
4	983,82	1.536,88	2.400,88
5	1.018,26	1.590,68	2.484,90
6	1.053,88	1.646,35	2.571,88
7	1.090,78	1.703,98	2.661,89
8	1.128,96	1.763,62	2.755,05
9	1.168,46	1.825,34	2.851,48
10	1.209,36	1.889,22	2.951,30
11	1.251,69	1.955,36	3.054,59
12	1.295,49	2.023,78	3.161,50

Técnico			
Referência	CLASSE III	CLASSE II	CLASSE I
1	R\$ 1.331,01	2.098,70	3.309,18
2	R\$ 1.377,61	2.172,16	3.425,00
3	R\$ 1.425,82	2.248,18	3.544,88
4	R\$ 1.475,72	2.326,88	3.668,95
5	R\$ 1.527,38	2.408,32	3.797,35
6	R\$ 1.580,83	2.492,62	3.930,26
7	R\$ 1.636,16	2.579,85	4.067,82
8	R\$ 1.693,43	2.670,16	4.210,20
9	R\$ 1.752,71	2.763,60	4.357,57
10	R\$ 1.814,04	2.860,32	4.510,07
11	R\$ 1.877,53	2.960,44	4.667,91
12	R\$ 1.943,26	3.064,05	4.831,29

Analista			
Referência	CLASSE III	CLASSE II	CLASSE I
1	R\$ 3.194,45	5.130,18	8.238,91
2	R\$ 3.306,25	5.309,74	8.527,26
3	R\$ 3.421,98	5.495,58	8.825,73
4	R\$ 3.541,75	5.687,92	9.134,62
5	R\$ 3.665,70	5.887,00	9.454,33
6	R\$ 3.794,00	6.093,04	9.785,22
7	R\$ 3.926,79	6.306,30	10.127,71
8	R\$ 4.064,22	6.527,02	10.482,19
9	R\$ 4.206,47	6.755,47	10.849,05
10	R\$ 4.353,72	6.991,91	11.228,78
11	R\$ 4.506,08	7.236,62	11.621,78
12	R\$ 4.663,80	7.489,91	12.028,55

ANEXO IV
TABELA DE CARGOS EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	SÍMBOLO
DIRETOR GERAL	1	DAS-1
DIRETOR	4	DAS-2
CHEFE DE CONTROLADORIA	1	DAS-5
CHEFE DE GABINETE	1	DAS-5
CHEFE DE NÚCLEO	2	DAS-5
CHEFE DE CIRETRAN - A	1	DAS-5
CHEFE DE COORDENADORIA	11	DAS-5
ASSESSOR	2	DAS-5
OUVIDOR	1	DAS-5
ASSISTENTE DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	4	1-C
ASSISTENTE TÉCNICO DE DIRETORIA	12	1-C
ASSISTENTE TÉCNICO JURÍDICO	11	1-C
CHEFE DE CIRETRAN - B	24	1-C
CHEFE DE CIRETRAN - C	75	2-C
ASSISTENTE DE DIRETORIA	14	2-C
CHEFE DE POSTO	5	2-C
ASSISTENTE	103	4-C
ASSISTENTE	150	7-C
ASSISTENTE	1	10-C
TOTAL	423	

ANEXO V
FUNÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	SÍMBOLO
ASSESSOR	1	FG-5
ASSISTENTE TÉCNICO DE DIRETORIA	2	FG-10
ASSISTENTE DE DIRETORIA	3	FG-11
ASSISTENTE	6	FG-13

ANEXO VI
Função Comissionada de Confiança - FCC

Nomenclatura	Simbologia	Quantidade	Valor
Chefe de Divisão	FCC1	41	R\$ 2.969,26
Chefe de Setor	FCC2	46	R\$ 1.837,13
Supervisor	FCC2	138	R\$ 1.837,13

ANEXO VII
TABELA DE ENQUADRAMENTO

DO CARGO QPPE	FUNÇÃO DO QPPE	CLASSE	PARA CARGO QPPE	CLASSE	FUNÇÃO DO QPPE
Agente de Apoio	Auxiliar de Manutenção, Auxiliar Administrativo, Auxiliar Operacional	III	Auxiliar de Atividade de Trânsito	III	Auxiliar de Atividade de Trânsito
		II		II	
		I		I	
Agente de Execução	Desenhista Técnico	III	Técnico de Atividade de Trânsito	III	Técnico de Atividade de Trânsito
		II		II	
		I		I	
Agente Profissional	Administrador	III	Analista de Atividade de Trânsito	III	Administrador
	Administrador	II		II	Administrador
	Administrador	I		I	Administrador
	APNS	III		III	APNS
	APNS	II		II	APNS
	APNS	I		I	APNS
	Contador	III		III	Contador
	Contador	II		II	Contador
	Contador	I		I	Contador
	Economista	III		III	Economista
	Economista	II		II	Economista
	Economista	I		I	Economista
	Médico	III		III	Médico
	Médico	II		II	Médico
	Médico	I		I	Médico
	Psicólogo	III		III	Psicólogo
	Psicólogo	II		II	Psicólogo
	Psicólogo	I		I	Psicólogo
	Eng. Civil	I		I	Eng. Civil

194

ANEXO VIII
Gratificação de Encargos Especiais – GEE

Nomenclatura	Simbologia	Valor
Gratificação de Encargos Especiais	GEE	R\$ 905,42



I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 18/03/15

Presidente

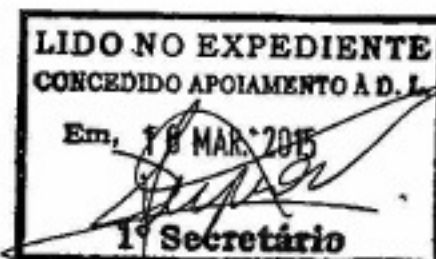


PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 008/2015

Curitiba, 17 de março de 2015.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dispor sobre o Quadro Próprio e Cargos Comissionados do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, conforme especifica.

A elaboração do plano de carreira é a estratégia mais eficiente para que a entidade e seus servidores possam ter uma visão de curto, médio e longo prazo a respeito das possibilidades de desenvolvimento profissional dentro da própria autarquia.

Além de definir possibilidades de crescimento, o quadro próprio possibilita à entidade uma definição estratégica do seu quadro de pessoal, apresentando, ainda, ferramentas de gestão do conhecimento e de avaliação do potencial individual e da equipe. O conjunto dessas ferramentas e a definição organizada e criteriosa das diversas oportunidades de crescimento dentro da organização resultam em diversos fatores positivos, tais como: maior motivação da equipe, redução da rotatividade e maior assertividade com relação ao cumprimento das metas apresentadas.

A criação de carreira fortalece e assegura a realização do cumprimento da legislação no que tange a área de trânsito no que compete ao DETRAN/PR, em reconhecimento à singularidade dos serviços prestados.

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.217.616-7



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Cabe aqui destacar a importância do DETRAN/PR, que tem como finalidade institucional, de acordo com o art. 22 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, garantir a aplicação da legislação de trânsito por meio da certificação de registro veicular, da habilitação de condutores, do controle de multas e acompanhamento de juntas de recursos, da fiscalização de parceiros do sistema (CFCs, Despachantes, Fábrica de Placas, etc.) e da promoção de educação para o trânsito visando a valorização da vida.

A natureza dos serviços exige conhecimento especializado que se aperfeiçoa pelo desenvolvimento das atribuições. A perda de servidores para órgãos e entidades de outros Estados e esferas do Poder Público importa na descontinuidade e atraso na realização desses serviços no Estado do Paraná.

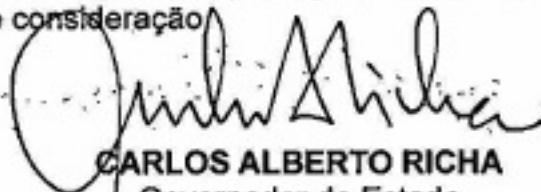
A justificativa para implementação e investimento no quadro de servidores do DETRAN/PR está demonstrada nos números do cadastro da frota de veículos do Paraná. No ano de 2001 era de 2.532.257 veículos, em 2012 atingiu o número de 5.797.871 de veículos registrados no Órgão, sem considerar a frota de veículos flutuantes, aqueles que circulam pelas ruas de nosso Estado, com placas de outras unidades da Federação. Isto significa que a frota aumentou 129% nestes últimos 11 anos. Consequentemente a demanda para regularização de documentos para circulação dessa frota aumentou proporcionalmente.

Verifica-se, por conseguinte, que a proposta apresentada, nada mais busca que a valorização profissional e funcional dos servidores frente aos desafios da atividade. Há que se considerar que o DETRAN/PR é um órgão que está presente em 101 municípios paranaense e presta serviços de alta relevância e de grande complexidade para toda população.

Urge, portanto, a necessidade da aprovação deste Anteprojeto de Lei, que busca restabelecer a normalidade e a legalidade do quadro próprio dos servidores do DETRAN/PR, cujo formato de trabalho impõe a necessidade de motivação e oxigenação funcional, permitindo ajuste da norma à realidade dos fatos, buscando a elevação da qualidade dos serviços prestados a toda comunidade.

Portanto, diante das razões expostas, encaminho a esta dought Casa de Leis o anexo Anteprojeto de Lei objetivando a criação do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar



Exibir Ato

Página para impressão

Lei 13666 - 05 de Julho de 2002

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 6265 de 5 de Julho de 2002

(vide Lei 14230, de 26/11/2003) (vide Decreto 3917 de 16/02/2012) (vide Decreto 4835 de 17/05/2005)

Súmula: Institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE, conforme especifica e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Capítulo I

Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Fica instituído o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais ocupantes de funcionários civis da Administração Direta e Autárquica, pertencentes ao Quadro Geral do Estado - QGE, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, decorrentes da alteração, em seis carreiras, fundamentado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência do serviço público.

Parágrafo único. As disposições da presente Lei não se aplicam aos funcionários dos demais quadros de pessoal integrantes de carreiras estabelecidas por legislação própria.

Seção II Das Conceituações

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Carreira: agrupamento de cargos em classes da mesma profissão ou atividade, escalonadas segundo hierarquia de serviço, por acesso dos titulares dos cargos que a integram;

II - Cargo: unidade funcional básica da estrutura organizacional, de caráter genérico, de mesmo grau de complexidade/responsabilidade, composto por uma ou mais funções relacionadas ao desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por Lei, com denominação própria e quantidade fixada por classes, pagamento pelo erário e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - Classe: escalonamento hierárquico de desenvolvimento profissional de um cargo, com idênticas atribuições e responsabilidades;

IV - Função: conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente, de caráter específico para o desempenho de tarefas em um cargo de mesmo grau de complexidade/responsabilidade;

V - Grau de Complexidade/responsabilidade: atributo do cargo referente ao requisito de escolaridade e complexidade de tarefas desempenhadas;

VI - Provimento: é o ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

VII - Progressão: passagem do funcionário público estável de uma referência salarial para outra de maior valor, atendidos os requisitos estabelecidos para a classe;

VIII - Promoção: passagem do funcionário público estável e em efetivo exercício em uma classe, para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo;

IX - Movimentação Funcional: alteração do local de trabalho do funcionário estável, através da remoção de um órgão para outro, no interesse da Administração Pública, a pedido do funcionário ou *ex-officio*;

X - Mudança de Função: alteração da função de funcionário público estável quando este atender os requisitos constantes de uma outra função, dentro do mesmo cargo, da mesma complexidade/responsabilidade e classe, e mediante o interesse da Administração Pública;

XI - Tabela de Referência de Vencimento: tabela numérica, composta de indicativo de classe (coluna) e nível/referência salarial (linha), cuja interseção reflete o vencimento base sobre a qual incidirão os cálculos de vantagens adicionais de remuneração;

XII - Amplitude Salarial: intervalo entre o menor e o maior vencimento da Tabela de Referência de Vencimento, compreendida a primeira referência da Classe Inicial e a última referência da Classe Final;

XIII - Vencimento ou Vencimento base: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível (referência salarial) fixado em Lei; e

XIV - Vencimentos ou Remuneração: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por Lei.

CAPÍTULO II

Seção I

Da Composição e do Plano da Carreira

Art. 3º. As Carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, serão organizadas em 08 (oito) Cargos, disposto de acordo com a natureza profissional, complexidade de suas atribuições e nível de escolaridade, sendo que, cada cargo será composto de 03 (três) classes III, II e I, com as quantidades na forma do disposto nos Anexos I e VI desta Lei.

§ 1º. As carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, são: Apoio, Execução, Aviação, Penitenciária, Profissional e Fazendária, conforme segue:

I - Apoio, composta pelo cargo de Agente de Apoio;

II - Execução, composta pelo cargo de Agente de Execução;

III - Aviação, composta pelo cargo de Agente de Aviação;

IV - Penitenciária, composta pelo cargo de Agente Penitenciário;

V - Profissional, composta pelo cargo de Agente Profissional;

~~**VI - Vetado**~~

VI - Fazendária, composto pelos cargos de Agente Fazendário A, Agente Fazendário B e Agente Fazendário C, exclusiva dos funcionários efetivos do QG alocados na Secretaria de Estado da Fazenda ou Coordenação da Receita do Estado, na data de publicação desta lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

§ 2º. A Classe III de cada cargo será a classe inicial para o ingresso e a Classe I, a final para o desenvolvimento na carreira.

§ 3º. O requisito de escolaridade mínima dos cargos e das funções de cada cargo são fixados na forma dos Anexos II e VII desta lei.

§ 4º. A descrição das atribuições dos cargos, regulamentação da carga horária e outras características atinentes às funções serão definidas em ato do Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 4º. A jornada de trabalho dos cargos constantes da presente Lei é limitada em 40 (quarenta) horas semanais, ressalvada a da função de médico, que será de 20 (vinte) horas semanais, observado o disposto no inciso XVI, do Art. 27, da Constituição Estadual.

§ 1º. Ato do Chefe do Poder Executivo poderá determinar jornadas de trabalhos concentradas ou diferenciadas para cargos ou funções, com jornada mínima de 30 horas semanais.



§ 2º. A carga horária para funções desempenhadas em locais insalubres, penosos ou perigosos será avaliada pelo órgão de perícia oficial do Estado, que lavrará laudo de caráter individual para a concessão de jornada diferenciada conforme estabelece legislação federal específica.

§ 3º. Caberá à Unidade de Recursos Humanos competente a perfeita observância do disposto no parágrafo anterior, acompanhando a movimentação interna do funcionário ou funcionários que laborem nas referidas jornadas diferenciadas, extinguindo a aplicação daquelas quando extinto o fato gerador que a atribuiu.

SEÇÃO II

Do Provimento e do Estágio Probatório

Art. 5º. O provimento no cargo se dará na classe inicial, atendidos os seguintes requisitos para a investidura:

I - existência de vaga no cargo e na classe de ingresso;

II - aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - registro profissional regular no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por Lei; e

IV - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função, previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

Parágrafo único. A comprovação do preenchimento dos requisitos I a IV do *caput* deste artigo precederá a nomeação.

Art. 6º. A inspeção médica realizada por órgão de perícia oficial do Estado precederá sempre o ingresso no serviço público estadual, podendo integrar a inspeção, o exame psicológico.

§ 1º. A inspeção médica e, se exigido no concurso, o exame psicológico, terão caráter eliminatório.

§ 2º. O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, regulamentará o exame psicológico no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Lei, prevendo, inclusive, a possibilidade de interposição de recurso administrativo, podendo ser concedido, à critério da autoridade competente, efeito suspensivo ao recurso, contra a decisão do órgão de perícia oficial do Estado.

Art. 7º. O estágio probatório será de 3 (três) anos de efetivo exercício na função e classe, observado o disposto no Parágrafo 4º, do Art. 36 da Constituição Estadual.

§ 1º. O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, poderá estabelecer desdobramento dos requisitos para o estágio probatório.

§ 2º. O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, regulamentará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta Lei os critérios para a avaliação de desempenho para o estágio probatório.

SEÇÃO III

Do Desenvolvimento na Carreira

Art. 8º. O desenvolvimento profissional na carreira se dará pelos institutos da progressão, promoção e mudança de função.

Art. 9º. A progressão se dará na classe, ao funcionário estável, por antigüidade, avaliação de desempenho e por titulação.

§ 1º. A progressão por antigüidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na classe e será equivalente a uma referência salarial.

I - o estágio probatório será computado para a concessão de progressão por antigüidade;

II - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná, para efeitos desse parágrafo; e

III - não se contará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados para efeito desse parágrafo.

§ 2º. A progressão por Avaliação de Desempenho será equivalente a uma referência salarial.

I - O critério "conceito" para a progressão de que trata esse parágrafo, deverá ser o equivalente ao conceito máximo estabelecido em regulamento específico; e

II - O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, estabelecerá os demais critérios, a periodicidade e a competência para a aplicação e concessão desta modalidade de progressão.

§ 3º. A progressão por Titulação ocorrerá pelos seguintes critérios:

I - para o cargo de Agente de Apoio e Agente Fazendário C: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 40 (quarenta) horas ou por experiência.

II - para o cargo de Agente de Execução e Agente Fazendário B: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência.

III - para o cargo de Agente de Aviação: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência.

IV - para o cargo de Agente Penitenciário: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência.

V - para o cargo de Agente Profissional e Agente Fazendário A: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 180 (cento e oitenta) horas ou por experiência.

§ 4º. Os títulos de que trata o parágrafo anterior não poderão ser computados de forma cumulativa para efeitos da progressão por titulação, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização para a presente progressão.

§ 5º. Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e/ou aqueles contemplados em regulamento específico.

Art. 10. A promoção ocorrerá a cada quatro anos, para o funcionário estável, dentro de um mesmo cargo, devendo observar os seguintes requisitos:

I - existência de vaga na classe;

II - avaliação de títulos, tais como titulação escolar formal, experiência e ou tempo de serviço;

III - tempo mínimo de dois anos de efetivo exercício na classe e na função e somente após o estágio probatório;

IV - obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho a que for submetido; e

V - atendimento dos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, previstos em legislação específica.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 11. A mudança de função poderá ocorrer quando o funcionário público estável que atender os requisitos constantes de uma outra função, dentro do mesmo cargo, da mesma complexidade/responsabilidade e classe, poderá desempenhar outra função, por necessidade da Administração Pública ou impossibilidade de atuação em sua função original, observado o perfil profissiográfico, sempre a critério da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

SEÇÃO IV Da Movimentação de Pessoal

Art. 12. Os funcionários ocupantes de cargos público do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE terão lotação na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, e serão alocados nos órgãos da Administração Direta e Autárquica.

§ 1º. A movimentação do pessoal do QPPE, no âmbito da Administração Direta e Autárquica, dentro do mesmo quadro funcional, se dará pelo instituto da remoção, por Ato do titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP.



~~§ 2º. ...Vetado...~~

§ 2º. No âmbito da carreira de Agente Fazendário, a remoção ficará restrita somente entre a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA e Coordenação da Receita do Estado – CRE.

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

§ 3º. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da movimentação de pessoal.

SEÇÃO V

Do Vencimento e da Remuneração

Art. 13. Aplicam-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, as Tabelas de Referência de Vencimento, na forma dos Anexos III e VIII, desta Lei.

Art. 14. A estruturação das tabelas de vencimento observará que a amplitude salarial entre a primeira referência salarial da classe inicial (III) e a última referência da classe final (I), não poderá ser superior a 4,5 (quatro vírgula cinco) vezes, para cada cargo.

○ **Parágrafo único.** Nenhuma tabela de vencimento do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE poderá possuir valor inicial menor que a referência inicial da Classe III do Cargo de Agente de Apoio e valor final maior que a referência final da Classe I do Cargo de Agente Profissional.

Art. 15. Aplicam-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, a seguinte estrutura de remuneração:

(vide Lei 14077, de 04/07/2003)

I - vencimento base ou vencimento;

II - Adicional por Tempo de Serviço;

III - Salário-Família;

IV - Vantagens atribuídas no desempenho ou no exercício do cargo ou função, sobre o vencimento base do cargo efetivo, em locais definidos por Lei, aos funcionários que laborem, com habitualidade, em locais insalubres, penosos ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida;

○ **V** - Tempo Integral e Dedicção Exclusiva – TIDE: retribuição financeira de caráter transitório, para atividades ou tarefas não previstas para o cargo ou função e que necessitem de continuidade e prontidão durante as 24 horas do dia, não podendo ser superior a 100% do vencimento base, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e desde que não esteja contemplada em gratificações ou adicionais de mesma natureza ou peculiaridade, não sendo incorporável na inatividade, sendo extinta sua aplicação quando extinto o fato gerador que a deu ensejo;
(vide Lei 15044 de 30/03/2006)

VI - Encargos Especiais: retribuição financeira extraordinária, de caráter transitório, para atividades ou tarefas de maior responsabilidade previstas em Lei ou regulamento, cujo valor monetário não poderá exceder a 4/5 (quatro quintos) do vencimento base, desde que não esteja contemplada em gratificações ou adicionais de mesma natureza ou peculiaridade, não sendo incorporável na inatividade e sendo extinta sua aplicação quando extinto o fato gerador que a deu ensejo; e

VII - Outras vantagens atribuídas no desempenho ou no exercício do cargo ou função, calculadas sobre o vencimento base do cargo efetivo, previstas em Lei.

§ 1º. As vantagens do desempenho do cargo/função serão atribuídas por exercício em local considerado insalubre, penoso ou perigoso, ouvindo-se, previamente, o órgão de perícia oficial do Estado, que lavrará laudo de caráter individual, identificando o funcionário ou funcionários que a elas farão jus, exceto para aquelas atividades ou operações no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme estabelece o Art. 6º da Lei n.º 10.692, de 27 de dezembro de 1993.

§ 2º. As vantagens auferidas por trabalho de natureza especial com risco de vida observarão as

situações estabelecidas em legislação específica.

§ 3º. As vantagens de que tratam os incisos IV, V e VI do *caput* deste artigo, são mutuamente excludentes.

§ 4º. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a concessão e fixará os valores do TIDE e dos Encargos Especiais para aplicação aos integrantes do QPPE, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP.



Art. 16. O regime de plantão deverá ser remunerado apenas quando ocorrer, ficando a cargo da unidade de recursos humanos competente, o acompanhamento e registro de cada ocorrência.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, estabelecerá os demais critérios e a competência para a aplicação e concessão do plantão.

Art. 17. Caberá à Unidade de Recursos Humanos competente a perfeita observância do disposto nos parágrafos anteriores, acompanhando a movimentação interna do funcionário ou funcionários que recebam as referidas gratificações, extinguindo a aplicação daquelas quando extinto o fato gerador que as deu ensejo.

Art. 18. Ficam criadas as seguintes vantagens, para aplicação exclusiva aos funcionários integrantes do QPPE:

(vide Lei 14077, de 04/07/2003)

I - Adicional de Atividade Penitenciária – AAP: retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, exclusiva para o cargo e função de Agente Penitenciário, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida inerente à função, incorporável para todos os efeitos legais;

~~**II – Adicional de Voo – AAV:** retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, para o cargo Agente de Aviação, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de voo, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais;~~

~~**II – Adicional de Voo – AAV:** retribuição financeira fixada em valor, em duas parcelas, sendo uma fixa de natureza permanente e outra variável, para o cargo de Agente de Aviação, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de voo, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais.
(Redação dada pela Lei 14077, de 04/07/2003)~~

II - Adicional de Voo – AAV: retribuição financeira para o cargo de Agente de Aviação fixada em valor fixo, de natureza permanente, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais.

(Redação dada pela Lei 17225 de 12/07/2012)

~~**III – Gratificação de Atividade Técnica – GAT:** retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, para o cargo Agente Profissional, para atividades de gerenciamento de projetos, atividades ou setores funcionais, não podendo ser superior ao vencimento base, incompatível com cargo de provimento em comissão, função gratificada, Gratificação de Atividade em unidade Penal e Correcional Intra Muros – GADI, Encargos Especiais e Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE;~~

III - Gratificação de Atividade Técnica e Suporte Técnico – GAST: retribuição financeira fixada em valor absoluto, de natureza transitória exclusiva dos cargos Agente Profissional, Agente de Execução e Agente de Apoio, vinculada a atividades técnicas e de suporte técnico de gerenciamento de projetos, atividades ou setores funcionais, não podendo ser superior ao vencimento base da referência salarial inicial de cada classe, incompatível com o cargo de provimento em comissão, função gratificada, e demais gratificações ou adicionais previstas nesta lei, além dos Encargos Especiais e regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE a que se refere a Lei 6.174/70.

(Redação dada pela Lei 15044 de 30/03/2006)

IV - Gratificação de Atividade de Saúde – GAS: retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de saúde, incompatível com a Gratificação de Atividade Técnica – GAT, Adicional de Atividade Penitenciária – AAP e Gratificação de Atividade em unidade Penal ou Correcional Intra Muros – GADI, não incorporável na inatividade;

V - Gratificação de Atividade Artística – GAA: retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, exclusiva para as funções de Bailarino e Músico, que atuem no Centro Cultural Teatro Guaíra

- CCTG, não incorporável na inatividade;



VI - Gratificação de Atividade em Unidade Penal ou Correcional Intra Muros - GADI: retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, para outros cargos e funções nas unidades penais ou correcionais, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida no contato direto e contínuo com o presidiário, não incorporável na inatividade;

~~VII - ...Vetado...~~

VII - Gratificação de Atividade Fazendária - GAF - retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, para o cargo de Agente Fazendário, relativa as atividades de responsabilidade na Gestão Fiscal do Estado, exclusivamente para os funcionários alocados na Secretaria de Estado da Fazenda ou Coordenação da Receita do Estado; e

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~VIII - ...Vetado...~~

VIII - Gratificação de Incentivo à Titularidade - GITI - retribuição financeira mensal de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor básico para o cargo de Agente Profissional, aos funcionários portadores de Títulos de Programas de pós graduação, especialização ou aperfeiçoamento, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, emitidos por instituições de ensino superior regular ou órgão/unidade/centro de capacitação e/ou treinamento governamental.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

§ 1º. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a aplicação e fixará os valores das gratificações a que se referem os incisos anteriores.

§ 2º. O funcionário que optar pelas vantagens de que tratam os incisos IV, V e VI do *caput* do Artigo 15, desta Lei, não poderá receber as vantagens de que trata este artigo e a Gratificação pelo exercício de Encargos Especiais do cargo de provimento em comissão.

CAPÍTULO III **Do Enquadramento**

Art. 19. Os atuais funcionários do Quadro Geral - QG serão enquadrados no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, observados os seguintes procedimentos e na ordem:

I - enquadramento na Tabela de Correlações de Cargos e Funções do Quadro Geral - QG para Cargos e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, na forma do Anexo IV e IX desta Lei;

II - enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo III desta Lei;

~~III - ...Vetado...~~

III - enquadramento salarial para os ocupantes de cargos da carreira de Agente Fazendário em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo VIII desta Lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~IV - ...Vetado...~~

IV - após o enquadramento, previsto no inciso II, o Agente Profissional de nível universitário, ativo e inativo, terá o enquadramento ajustado considerando a carga horária curricular de formação universitária, obedecendo o seguinte critério:

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~a) - ...Vetado...~~

a) até 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, o profissional permanecerá na referência salarial

conforme previsto no inciso II deste artigo;

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)



~~b) ...Vetado...~~

b) acima de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, o profissional avançará um nível de referência salarial a cada 200 horas adicionais de carga horária curricular.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

§ 1º. Considera-se vencimento do cargo, para fins do presente enquadramento:

a) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Apoio e Agente Fazendário C do QPPE: vencimento base;

b) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Execução e Agente Fazendário B do QPPE: vencimento base;

c) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente de Aviação do QPPE: vencimento base;

d) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente Penitenciário do QPPE: vencimento base; e

e) para as funções do Cargo de Técnico III, II e I do QG enquadrados no Cargo Profissional e Agente Fazendário A do QPPE: vencimento base mais Verba de Representação e mais Gratificação de Produtividade a que se refere a Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997.

~~§ 2º. ...Vetado...~~

§ 2º. Os servidores portadores de diploma de curso superior, não enquadrados nos Cargos e Funções de Técnico III, II e I do Quadro Geral - QG, serão enquadrado, com base no vencimento básico, no cargo de Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo, conforme suas formações.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~§ 3º. ...Vetado...~~

§ 3º. O enquadramento dos servidores de nível universitário lotados na Secretaria de Estado dos Transportes e no Departamento de Estradas de Rodagem será efetivado através da presente lei, com alteração para 190% (cento e noventa por cento) do percentual citado no artigo 2º da Lei nº 11.714/97, de 07 de maio de 1997.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

Art. 20. Os atuais funcionários aposentados e pensionistas do Quadro Geral - QG serão enquadrados no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, observados os seguintes procedimentos e na ordem:

I - enquadramento na Tabela de Correlação de Cargos e Funções do Quadro Geral - QG para os Cargos e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, na forma dos Anexos IV e IX desta Lei;

II - enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo III desta Lei.

~~III - ...Vetado...~~

III - enquadramento salarial para os ocupantes da carreira de Agente Fazendário em valor superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo VIII desta Lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

Parágrafo único. Considera-se benefício ou provento, para fins do presente enquadramento:

a) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Apoio do QPPE: vencimento base;

- b) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Execução do QPPE: vencimento base;
- c) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente Penitenciário do QPPE: vencimento base;
- d) para as funções do Cargo Técnico III, II e I do QG enquadrados no Cargo Profissional do QPPE: vencimento base mais Verba de Representação e mais Gratificação de Produtividade a que se refere a Lei nº 11.714 de 07 de maio de 1997.

Art. 21. Os funcionários atualmente ocupantes das funções de Médico Plantonista, Sanitarista e Técnico Especialista, com formação em Medicina, serão enquadrados na função de Médico.

~~§ 1º. ...Vetado...~~

§ 1º. Os servidores portadores de diploma de curso superior, não enquadrados nos Cargos e Funções de Técnico III, II e I do Quadro Geral - QG, serão enquadrados no cargo de Agente Profissional e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo, conforme suas formações.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~§ 2º. ...Vetado...~~

§ 2º. Os funcionários atualmente ocupantes dos cargos de Músico de Orquestra, Spalla, Maestro Adjunto e Maestro Titular serão enquadrados na função de Músico de Orquestra, desde que atendam aos respectivos requisitos de escolaridade. Os demais ocuparão a função de Instrumentista Musical.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

Art. 22. A execução do presente enquadramento será de responsabilidade das unidades de recursos humanos de cada órgão, sob supervisão de comissão designada pelo titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 23. Os demais termos necessários ao cumprimento do enquadramento serão definidos e divulgados pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 24. O prazo prescricional para revisão dos efeitos funcionais e financeiros decorrentes desta Lei se encerra em um ano, a contar de sua publicação.

CAPÍTULO IV **Das Disposições Finais e Transitórias**

Art. 25. Ficam incorporadas ao vencimento base as vantagens de que tratam os Artigos 2º e 5º, da Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997, para o Cargo Técnico III, II e I, do Quadro Geral.

Art. 26. A primeira promoção, para o pessoal ativo, ocorrerá:

I - para o cargo Agente de Apoio e Agente Fazendário C: após 18 (dezoito) meses a partir do enquadramento da presente Lei;

II - para o cargo Agente de Execução, Agente de Aviação, Agente Penitenciário e Agente Fazendário B: após 12 (doze) meses a partir do enquadramento da presente Lei; e

III - para o cargo Agente Profissional e Agente Fazendário A: imediatamente à publicação desta Lei.

Parágrafo único. Mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, o Chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da primeira promoção.

~~Art. 27. ...Vetado...~~

Art. 27. A primeira promoção prevista no art. 26 - Capítulo IV da presente Lei obedecerá ao seguinte critério, sem prejuízo aos demais critérios:

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

a) ~~...Vetado...~~

a) o exercício de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados no desempenho dos cargos de Secretário de Estado, Diretor Geral, Diretor Presidente ou funções assemelhadas, permitirá a progressão em 11 (onze) referências salariais;

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

b) ~~...Vetado...~~

b) o exercício de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados no desempenho dos cargos de Diretor de Área, Superintendente Regional, Chefe de Centro/Escritório Regional, Coordenador de Área ou funções assemelhadas, permitirá a progressão em 9 (nove) referências salariais; e

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

c) ~~...Vetado...~~

c) o exercício de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados no desempenho dos cargos de Chefe de Departamento, Assessor de Diretoria, Gerente, Chefe de Divisão, Chefe de Seção, Chefe de Distrito, Fiscal de Obra, Agente Agropecuário ou funções assemelhadas, permitirá a progressão em 7 (sete) referências salariais.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

Parágrafo único. ~~...Vetado...~~

Parágrafo único. As funções de que trata o presente artigo não poderão ser computadas de forma cumulativa para efeito de promoção, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização para a presente promoção.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

Art. 28. A primeira progressão por tempo de serviço, para o pessoal ativo, ocorrerá:

I - para o cargo Agente de Apoio e Agente Fazendário C: após 18 (dezoito) meses contados a partir do enquadramento da presente Lei;

II - para o cargo Agente de Execução, Agente de Aviação, Agente Penitenciário e Agente Fazendário B : após 18 (dezoito) meses contados a partir do enquadramento da presente Lei; e

III - para o cargo Agente Profissional e Agente Fazendário A: 12 (doze) meses contados a partir do enquadramento da presente Lei.

Parágrafo único. Mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, o Chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da primeira progressão.

Art. 29. O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, redistribuirá as quantidades de cargos vagos nas classes, para fins de promoção.

Art. 30. As gratificações a que se refere o Anexo V, ficam convertidas em valor correspondente ao percebido na data de publicação desta Lei, sendo devidas enquanto o funcionário permanecer no local, ficando vedada sua percepção para os demais funcionários do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE.

§ 1º. As gratificações a que se refere o Artigo 18 serão implementadas no prazo de 12 (doze) meses contados a partir da publicação da presente Lei.

~~§ 2º. ...Vetado...~~

§ 2º. A gratificação a que se refere o art. 15, inciso VI, será estendida retroativamente ao mês de março de 2002, a partir da publicação da presente lei, aos funcionários da SEAB não atingidos pelo Decreto nº 5391, de 04 de março de 2002.



(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)



§ 3º. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a regra de transição da situação atual, promovendo a compatibilização para o previsto no Artigo 18, desta Lei.

~~Art. 31. ...Vetado...~~

Art. 31. Ficam criados, no âmbito da Assessoria Especial para Assuntos Indígenas – AAI, órgão vinculado à Governadoria, os seguintes cargos de provimento em comissão:

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~I – ...Vetado...~~

I - 1 (um) cargo de Assessor Especial, símbolo DAS-1;

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~II – ...Vetado...~~

II - 2 (dois) cargos de Assessor Administrativo, símbolo 3-C;

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~III – ...Vetado...~~

III - 1 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo 5-C.

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~Art. 32. ...Vetado...~~

Art. 32. Fica a tabela de vencimentos anexa ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do Governo do Estado, reajustada em 20%, conforme a Planilha nº 01, em anexo.

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~Art. 33. ...Vetado...~~

Art. 33. Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a adequar os cargos de servidores penitenciários de acordo com a função que vêm exercendo, ou por opção, conforme a qualificação técnica, a responsabilidade técnica e o nível de escolaridade exigíveis para cada caso, no período de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~Art. 34. ...Vetado...~~

Art. 34. Os servidores penitenciários e educadores sociais têm direito à aposentadoria especial, devido à natureza de trabalhos insalubres, perigosos e penosos, após o exercício de 25 anos de suas respectivas funções.

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~Art. 35. ...Vetado...~~

Art. 35. Será garantida a participação dos representantes dos sindicatos de servidores estaduais junto à Secretaria de Estado de Administração e Previdência (SEAP), bem como a cada secretaria/órgão, nas comissões e/ou mecanismos que definirão os termos do enquadramento, nas regulamentações e decisões/ações relacionadas à implantação, desenvolvimento e manutenção do Quadro Próprio do Poder

Executivo (QPPE), instituído pela presente lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)



~~Parágrafo único. ---Vetado---~~

Parágrafo único. Os sindicatos de servidores estaduais de cada secretaria/órgão indicará os seus representantes e na ausência destes, os servidores das respectivas instituições definirão seus representantes em Assembléia Geral, especificamente convocada para tal finalidade.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~Art. 36. ---Vetado---~~

Art. 36. Fica assegurada a revisão anual das Tabelas de Referência de Vencimento Base das carreiras que integram o Anexo III desta Lei, de forma cumprir-se os ditames das Constituições Federal (art. 37, inciso X) e Estadual (art. 27, inciso X).

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

☐ ~~Art. 37. ---Vetado---~~

Art. 37. O enquadramento de que trata o Capítulo III, desta Lei, será efetivado no mês julho.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~Art. 38. ---Vetado---~~

Art. 38. Fica estabelecida Data Base para os Servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a data de publicação da presente Lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~Art. 39. ---Vetado---~~

Art. 39. Fica incorporado ao Vencimento Base do QPPE, (Quadro Próprio do Poder Executivo) a gratificação de R\$ 100,00 (cem reais), dada a título de assiduidade aos funcionários do QGE (Quadro Geral do Estado).

☐ (Dispositivo promulgado pela Assembléia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

Art. 40. Os atos referentes à aplicação da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Poder Executivo, com os respectivos cancelamentos de programas governamentais e cujos efeitos financeiros ocorrerão a partir de sua publicação.

Art. 41. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos a esta Lei, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 42. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, e disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de julho de 2002.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Ricardo Augusto Cunha Smijtk
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

José Cid Campêlo Filho



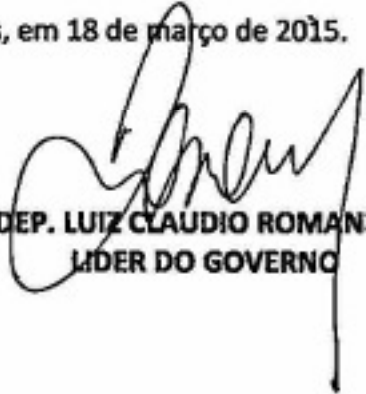
REQUERIMENTO



SÚMULA: REQUER REGIME DE URGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 193/2015 – ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 008/15, que dispõe sobre o Quadro Próprio e Cargos Comissionados do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, conforme específica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer, após ouvido o Douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 193/2015 – oriundo da Mensagem n.º 008/15, que dispõe sobre o Quadro Próprio e Cargos Comissionados do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, , conforme específica.

Sala das Sessões, em 18 de março de 2015.


DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
LÍDER DO GOVERNO

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL. 19/03/15

14:47 18/03/2015 001152 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 193/2015

Projeto de Lei nº. 193/2015

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 008/2015

Súmula: Dispõe sobre o quadro próprio e cargos comissionados do departamento de trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, conforme especifica.

EMENTA: QUADRO PRÓPRIO E CARGOS COMISSIONADOS DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ – DETRAN/PR. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65; 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 008/2015, dispõe sobre o quadro próprio e cargos comissionados do departamento de trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a Iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

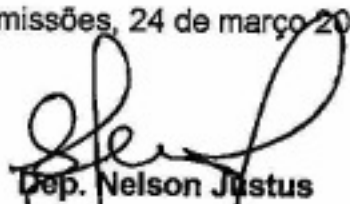
Com relação ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº. 101/00 observa-se que o Projeto visa mera readequação do quadro de Funcional do Detran/PR, revogando as Leis esparsas anteriores que versavam sobre o tema.


Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

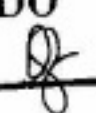
Sala das Comissões, 24 de março 2015.


Dep. Nelson Justus
Presidente


Francischini
Dep. Felipe Francischini
Relator


Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

24/03/15 



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

n189

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO



INFORMAÇÃO Nº 127/2015

INTERESSADO: Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR

ASSUNTO: Projeto de lei para criação de Quadro Próprio de Servidores do DETRAN/PR

PROTOCOLO: nº 13.217.616-7

O presente expediente versa sobre a minuta de Anteprojeto de Lei para criação do Quadro Próprio dos Servidores do Detran – QPDE, o qual será composto pelos atuais servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, alocados na referida autarquia.

O processo supracitado tem como valor total R\$ 64.823.022,08 (sessenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e três mil, vinte e dois reais e oito centavos), referente aos 12 (doze) meses de salários, décimo terceiro e férias, conforme planilha anexa. Tais valores possuem adequação com a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2015, na dotação orçamentária 1330.06181134.039 – Ações do Detran, espécie pessoal, fonte 250 – Diretamente Arrecadados, conforme Informação nº 003/2015-GOS/CC às fls. 213 deste protocolado.

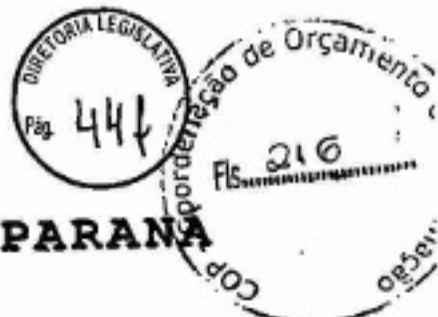
Analisando o teor do presente protocolado, observa-se que este tramita desde junho de 2014 e, desde então, foi instruído com diversos documentos, dentre os quais destaca-se: informação da Coordenadoria Financeira – COFIN do DETRAN/PR (fls. 74) constatando que a alteração no regime do Quadro de Pessoal não causará impactos adicionais de natureza orçamentária ou financeira na realização das despesas da entidade autárquica em comento; Informações do Núcleo Jurídico da Administração da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – NJA/SEAP (fls. 83/95 e 147/154) recomendando adequações a serem realizadas no projeto; parecer técnico da CMI da Secretaria de Estado do Planejamento (fls. 204); entre outros.

Em 05 de dezembro de 2014 este protocolado foi remetido a esta Coordenação de Orçamento e Programação – COP com o intuito de prestar informações sobre o pleito, a qual foi feita às fls. 199/200, declarando que a presente despesa não geraria impacto na folha de pagamento da referida entidade autárquica, bem como informando a situação orçamentária por onde correria a despesa em questão.

Posteriormente, os autos foram remetidos para a SEPL, a qual emitiu parecer às fls 204 e, em seguida, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP solicitou a remessa dos autos à Casa Civil para que procedessem à continuidade do trâmite legislativo. Porém, os autos retornaram à COP em 27/01/2015 (fls. 208-v) para prestar nova informação.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



Tendo em vista a mudança do exercício financeiro, em consonância ao art. 34 da Lei nº 4.320/64, esta COP solicitou a atualização das informações orçamentárias pertinentes ao Grupo Orçamentário Setorial - GOS da Casa Civil (fls. 209).

Tendo retornado com a informação em questão (fls. 213), no que compete esta COP, informamos a situação da dotação orçamentária, conforme quadro abaixo:


ESPÉCIE	FONTE	DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA	EMPENHADO	SALDO DISPONÍVEL	PAGO
PESSOAL	250	R\$ 79.884.490	R\$ 0	R\$ 79.884.490	R\$ 0


Tendo em vista as informações e documentos apresentados que evidenciam não haver aumento na despesa referente a pessoal da entidade e que não haverá impacto orçamentário e financeiro diferente do previsto, esta Coordenação de Orçamento e Programação - COP opina pela remessa dos autos à Casa Civil para as demais providências cabíveis, em conformidade com Despacho da SEAP às fls. 208.

A título didático, lembre-se que qualquer projeto de lei, caso implique em acréscimo de despesa com pessoal e encargos sociais, o que não ficou configurado no presente protocolo, frise-se, devem observar minuciosamente os procedimentos elencados no art. 32 do Decreto nº 25, de 01 de janeiro de 2015, o qual deve ser interpretado conjuntamente ao art. 16 e 18 da Lei Complementar nº 101/2000.

Por todo o exposto, remeta-se o presente protocolado à Casa Civil.
É a informação.

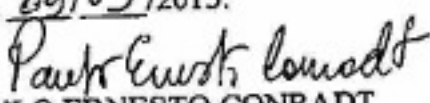
Curitiba, em 03 de março de 2015.


RAFAELLI BUENO SAMPAIO
Técnica Orçamentária


PEDRO RAFAEL FERNANDES LOBATO
Assessor Jurídico COP/SEFA

Com a informação supra
encaminhe-se à Chefia de Gabinete/SEFA

Em, 03/03/2015.


PAULO ERNESTO CONRADT

Coordenador da COP/SEFA

e-COP Programação Orçamentária
Relatório QDD por Espécie/Fonte de um Projeto Atividade
**** Valores Oficiais ****



Projeto : 13 - CASA CIVIL
Estado : 30 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN
Projeto Atividade : 4039 - AÇÕES DO DETRAN
Atividade : 1330.06181134.039

Descrição	Fonte	Orçamento Inicial	Disponibilidade Orçamentária	Contingenciado	Total Orçamentário	Empenhado	Saldo Disponível	Liquidado
PESSOAL/ENC.SOC	250	79.884.490	79.884.490	0	79.884.490	0,00	79.884.490,00	0,00
Pessoal Pess.	T	79.884.490	79.884.490	0	79.884.490	0,00	79.884.490,00	0,00
	OF	79.884.490	79.884.490	0	79.884.490	0,00	79.884.490,00	0,00
Todas		79.884.490	79.884.490	0	79.884.490	0,00	79.884.490,00	0,00
DETR/DESP.CORR	250	351.407.760	156.521.625	194.886.135	351.407.760	0,00	156.521.625,00	0,00
	254	28.752.850	14.876.425	14.876.425	28.752.850	0,00	14.876.425,00	0,00
OUT.C	T	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	OF	381.160.630	171.398.050	209.762.560	381.160.630	0,00	171.398.050,00	0,00
Todas		381.160.630	171.398.050	209.762.560	381.160.630	0,00	171.398.050,00	0,00
OUT.C Especial	250	2.243.600	993.600	1.250.000	2.243.600	0,00	993.600,00	0,00
OUT.C Especial	T	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	OF	2.243.600	993.600	1.250.000	2.243.600	0,00	993.600,00	0,00
Todas		2.243.600	993.600	1.250.000	2.243.600	0,00	993.600,00	0,00
INVESTIMENTOS	250	47.554.150	0	47.554.150	47.554.150	0,00	0,00	0,00
Total INVES	T	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	OF	47.554.150	0	47.554.150	47.554.150	0,00	0,00	0,00
Todas		47.554.150	0	47.554.150	47.554.150	0,00	0,00	0,00
Total	T	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	OF	510.842.870	252.278.140	258.568.730	510.842.870	0,00	252.278.140,00	0,00
Todas		510.842.870	252.278.140	258.568.730	510.842.870	0,00	252.278.140,00	0,00

GOVERNO DO PARANÁ – CASA CIVIL
GRUPO ORÇAMENTÁRIO SETORIAL



INFORMAÇÃO Nº 003/2015-GOS/CC

Protocolado nº 13.217.616-7

Senhor Diretor,

O presente protocolado versa sobre a minuta de Anteprojeto de Lei para a criação do Quadro Próprio dos Servidores do DETRAN – QPDE, que será composto pelos atuais servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, alocados na referida Autarquia.

A matéria teve seu início ainda no exercício de 2014, e consta nas páginas de nº 180 do presente expediente, informação da própria Entidade, dizendo que não haverá impacto na folha de pagamento.

Conforme solicitado, e de acordo com a Lei Orçamentária Anual nº 18.409 de 29 de dezembro de 2014, Decreto Estadual nº 25 de 01 de janeiro de 2015 e Resolução nº 25 de 03 de fevereiro de 2015, da SEFA, que estabeleceu as disponibilidades orçamentárias para a execução da despesa do exercício de 2015, estamos informando que **existe disponibilidade orçamentária** na dotação abaixo especificada e QDD em anexo, no valor de R\$ 79.884.490,00 (setenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa reais), para atender as despesas com Pessoal e Encargos Sociais da referida Entidade no exercício de 2015.

Órgão: 13 – CASA CIVIL

Unidade: 30 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN

P/A: 4039 – Ações do DETRAN


Dotação: 1330.06181134.039

Espécie de despesa: 01 – Pessoal e Encargos Sociais

Fonte de recursos: 250 – Diretamente Arrecadados.

É a informação,

Curitiba, 19 de fevereiro de 2015.


Maria Cristina Magalhães,
Chefe do GOS/CC



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



milhões oitocentos e vinte três mil, vinte e dois reais e oito centavos), referente aos 12 (doze) meses de salários, décimo terceiro e férias. Os valores acima possuem adequação com a Lei Orçamentária Anual de 2015, na dotação orçamentária 1330.06181134.039 – Ações do DETRAN.

CONCLUSÃO

Sendo assim, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 25/03/15

DEPUTADO GILSON DE SOUZA
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

[Assinatura]
Dep. Antônio

[Assinatura]
Dep. Elcio

[Assinatura]
Dep. Thiago



e-COP Programação Orçamentária
Relatório QDD por Espécie/Natureza/Fonte de um Projeto Atividade
**** Valores Oficiais ****

Órgão : 13 - CASA CIVIL
Cidade : 30 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN
Projeto Atividade : 4039 - AÇÕES DO DETRAN
Detalhe : 1330.06181134.039

Descrição	Fonte	Orçamento Inicial	Disponibilidade Orçamentária	Contingenciado	Total Orçamentário	Empenhado	Saldo Disponível	Liquidado
RECURSOS SOC								
33901000	250	67.084.700	67.084.700	0	67.084.700	0,00	67.084.700,00	0,00
33902000	250	3.894.700	3.894.700	0	3.894.700	0,00	3.894.700,00	0,00
33903000	250	300.000	300.000	0	300.000	0,00	300.000,00	0,00
33904000	250	400.000	400.000	0	400.000	0,00	400.000,00	0,00
33905000	250	8.208.000	8.208.000	0	8.208.000	0,00	8.208.000,00	0,00
Total RECURSOS SOC	T	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	OF	79.884.490	79.884.490	0	79.884.490	0,00	79.884.490,00	0,00
	Totais	79.884.490	79.884.490	0	79.884.490	0,00	79.884.490,00	0,00
DESPESAS CORR								
33901400	250	1.100.000	412.500	687.500	1.100.000	0,00	412.500,00	0,00
33902400	250	550.000	125.000	425.000	550.000	0,00	125.000,00	0,00
33903400	250	2.000.000	750.000	1.250.000	2.000.000	0,00	750.000,00	0,00
33904400	250	13.822.000	3.022.750	10.799.250	13.822.000	0,00	3.022.750,00	0,00
33905400	250	610.000	228.750	381.250	610.000	0,00	228.750,00	0,00
33906400	250	600.000	225.000	375.000	600.000	0,00	225.000,00	0,00
33907400	250	11.544.180	4.329.090	7.215.090	11.544.180	0,00	4.329.090,00	0,00
33908400	250	42.000.000	15.768.750	26.231.250	42.000.000	0,00	15.768.750,00	0,00
33909400	250	275.775.820	131.518.815	144.256.995	275.775.820	0,00	131.518.815,00	0,00
33910400	250	29.752.850	14.878.425	14.874.425	29.752.850	0,00	14.878.425,00	0,00
33911400	250	50.000	50.000	0	50.000	0,00	50.000,00	0,00
33912400	250	193.600	193.600	0	193.600	0,00	193.600,00	0,00
33913400	250	2.182.000	2.182.000	0	2.182.000	0,00	2.182.000,00	0,00
33914400	250	184.000	184.000	0	184.000	0,00	184.000,00	0,00
Total DESPESAS CORR	T	0	0	115.000	184.000	0,00	65.000,00	0,00
	OF	383.404.230	172.391.650	211.012.580	383.404.230	0,00	172.391.650,00	0,00
	Totais	383.404.230	172.391.650	211.012.580	383.404.230	0,00	172.391.650,00	0,00
INVESTIMENTOS								
44905100	250	28.459.500	0	28.459.500	28.459.500	0,00	0,00	0,00
44905200	250	19.094.850	0	19.094.850	19.094.850	0,00	0,00	0,00
Total INVESTIMENTOS	T	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	OF	47.554.350	0	47.554.350	47.554.350	0,00	0,00	0,00
	Totais	47.554.350	0	47.554.350	47.554.350	0,00	0,00	0,00
Total								
	T	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	OF	510.842.870	252.276.140	258.568.730	510.842.870	0,00	252.276.140,00	0,00
	Totais	510.842.870	252.276.140	258.568.730	510.842.870	0,00	252.276.140,00	0,00



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 193/15

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 008/15, dispõe sobre o Quadro Próprio e Cargos Comissionados do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, conforme especifica.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Felipe Francischini, que exarou o devido parecer favorável, sendo aprovado, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observa-se na justificativa do autor que a proposta visa restabelecer a normalidade e a legalidade do Quadro Próprio dos servidores do DETRAN/PR., bem como a valorização profissional e funcional daqueles servidores.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto a iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87, todos da Constituição Estadual.

Insta observar que, a proposta não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, pois a matéria em questão, não apresenta impacto na folha de pagamento.

De igual modo, a Secretaria de Estado da Fazenda, apresenta a Informação nº 127/2015, onde constata-se que o Projeto de Lei em tela tem como valor total R\$64.823.022,08 (sessenta e quatro

[Assinatura]

[Assinatura]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

PROJETO DE LEI Nº 48/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 03 FEV. 2015
1º Secretário

Sumula: Cria e institui o Dia Estadual do Turismo no Estado do Paraná.

Art. 1º Fica o dia 27 de maio de cada ano, reconhecido e assumido como DIA ESTADUAL DO TURISMO, como referencial da memória do turismo paranaense e pelo fortalecimento da cultura turística como incentivo a adoção de práticas para divulgação e disseminação na formação de sentimentos por um Paraná Turístico.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 02 de fevereiro de 2015, 194.º da Independência e 127.º da República.


DOUGLAS FABRICIO
Deputado Estadual

1/1 2308289 14:54 01/02/2015

IMPRESSO EM 02/02/2015 10:00:00



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA

O Estado do Paraná em sua trajetória na área do turismo tem uma rica história secular. O que hoje já é uma referência no Brasil é fruto de muito trabalho de técnicos, empreendedores e agentes públicos.

Nos diferentes ciclos da Gestão Pública Estadual do Turismo cabe especial atenção a Lei no 5.948, de 27 de maio de 1969, que criou o Conselho Paranaense de Turismo – CEPATUR e a Empresa Paranaense de Turismo – PARANATUR.

Assim, com o propósito de fortalecer a cultura turística na sociedade como alavanca da visibilidade econômica do turismo e como fronteira da prosperidade campo-cidade.

Estamos propondo a criação e instituição do Dia Estadual do Turismo no Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente em 27 de maio.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 18/2015

Projeto de Lei nº. 18/2015

Autor: Deputado Douglas Fabrício.

Súmula: Cria e institui o Dia Estadual do Turismo no Estado do Paraná.

EMENTA: INSTITUI O DIA ESTADUAL DO TURISMO NO PARANÁ. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Douglas Fabrício, tem por finalidade criar e instituir o Dia Estadual do Turismo no Estado do Paraná, a ser celebrado, anualmente, no dia 27 de maio, com o intuito de fortalecer a cultura turística na sociedade Paranaense.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I, do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada na ora proposição, a mesma deverá ser substituída para que tanto os conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça





Assim, verifica-se que a presente emenda contém todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, proposta por esta Comissão.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2015.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO GILSON DE SOUSA
RELATOR


Curi
franceschini


Redio


Romanelli
Cláudia
PR Edson



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO 18/2015

De acordo com o que determina o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei no 18/2015, passa a contar com a seguinte redação:

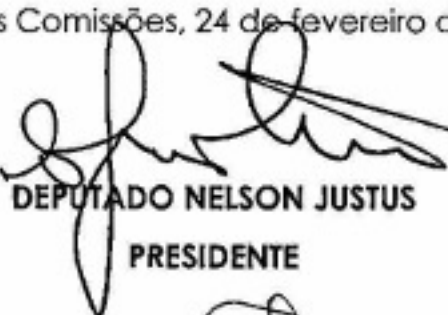
Súmula: Cria e institui o Dia Estadual do Turismo no Estado do Paraná


Art.1º Fica instituída no âmbito do Estado do Paraná, o Dia do Turismo, a ser comemorado anualmente no dia 27 de maio.

Art.2º A data instituída no art. 1º desta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2015.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO GILSON DE SOUSA
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 18/2015

Projeto de Lei nº. 18/2015

Autor: Deputado Douglas Fabrício

Súmula: Cria e institui o Dia Estadual do Turismo do Estado do Paraná.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, tem por objetivo instituir o Dia Estadual do Turismo, como referencial da memória do turismo paranaense e pelo fortalecimento da cultura turística como incentivo a adoção de práticas para divulgação e disseminação na formação de sentimentos por um Paraná Turístico.

Passou pela CCJ no dia 24/02/2015, onde recebeu parecer favorável na forma de uma emenda substitutiva geral, que tinha como objetivo adequar o conteúdo do projeto à técnica legislativa correta, tendo como relator o Deputado Gilson de Souza.

No que tange à matéria objeto da análise desta Comissão, prevista no artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa, constatamos que o objetivo do projeto em análise é dotado de uma certa redundância, uma vez observado o Projeto de Lei nº 659/2011, de autoria do parlamentar que o presente subscreve, que culminou na Lei Estadual nº 17.131 de 24/04/2012, que instituiu o "Dia Estadual do Turista", a ser comemorado no dia 27 de setembro.

Apesar do objetivo do referido projeto ser quase idêntico ao aprovado em 2012, acreditamos que toda matéria



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Aníbelli Neto



que venha no sentido de somar no que tange ao incentivo a atividade do turismo em nosso Estado é válido e, por se tratar de uma proposição que pode aumentar a valorização do potencial turístico paranaense, merece ser aprovado.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade da tramitação do Projeto de Lei 18/2015, razão pela qual somos pela sua **APROVAÇÃO**.


Dep. Monis Pacheco

Sala das Comissões, 16 de março de 2015.


DEPUTADO CHICO BRASILEIRO
Presidente

Dep. Claudio

Dep. M^{re} Victoria


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Relator



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 164/15

Nova redação aos dispositivos que especifica Lei nº 18.419, de 07 de janeiro de 2015, que estabeleceu o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O inciso III do art. 86 da Lei nº 18.419, de 07 de janeiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III – ficha cadastral do requerente conforme modelo emitido pelo Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado responsável pela política pública da pessoa com deficiência, a ser preenchida junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná – COEDE/PR;"

Art. 2º O art. 87 da Lei nº 18.419, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 87. Nos casos de deficiência permanente fica dispensada a apresentação de laudo médico na renovação da concessão do passe livre, devendo apresentar novamente os demais documentos exigidos no art. 86 desta Lei;"

Art. 3º O inciso II do art. 89 da Lei nº 18.419, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II – renda bruta *per capita* superior a dois salários mínimos estadual do Grupo I;"

Art. 4º O inciso III do art. 96 da Lei nº 18.419, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III – existência de membros da família com renda superior a dois salários mínimos estadual do Grupo I no momento da renovação do passe livre concedido (aumento da renda familiar posterior à concessão do benefício)."

Art. 5º O inciso IV do art. 229 da Lei nº 18.419, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública de Assistência Social, a serem indicados pelo titular da pasta;"

Art. 6º O art. 232 da Lei nº 18.419, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 232. A ampliação da composição do COEDE/PR prevista nesta Lei será implementada a partir da próxima eleição, permanecendo válida, até então, a composição prevista no Decreto nº 10.315, de 28 de fevereiro de 2014, e suas posteriores alterações."

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.
Em, 05/03/15

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº005 /2015

Curitiba, 04 de março de 2015.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 09 MAR. 2015

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva alterar os dispositivos que especifica da Lei nº 18.419, de 07 de janeiro de 2015, que estabeleceu o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, a fim de adequá-lo na forma das justificativas abaixo:

Artigo 86, inc. III:

O artigo 86 refere-se a procedimentos a serem adotados pela pessoa com deficiência que deseja pleitear a isenção da tarifa do transporte intermunicipal e do transporte coletivo a partir da comprovação do direito ao passe livre. Diz o artigo que o interessado deverá preencher formulário declarando carência de recursos, apresentar laudo médico atestando a deficiência de que é portador e preencher ficha cadastral junto ao Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná - CEAS/PR, além de outras exigências. Entretanto, o CEAS/PR não possui a competência para manter cadastros de pessoas com deficiência, uma vez que o próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência atribuiu ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COEDE/PR, em seu artigo 222, dentre outras competências, a articulação das políticas públicas voltadas a assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais da pessoa com deficiência. Desta forma, é necessária a alteração do inciso III do artigo 86 para substituir o CEAS/PR pelo COEDE/PR.

Artigo 87:

A correção neste artigo justifica-se pelo fato de que o artigo 85, referido na redação original do artigo, não corresponde ao artigo que contém o rol de documentos relativos ao assunto do artigo 87, desta forma, a alteração é meramente formal.

Artigos 89, inc. II e 96, inc. III:

A correção na redação destes dispositivos é meramente formal, pois fazem alusão ao Salário Mínimo Estadual do Nível I, todavia, a Lei 18.059/2014, instituidora do salário mínimo estadual vigente, especifica que as faixas de salários mínimos estão divididas em Grupos, não em níveis, logo, impera-se a necessidade de alterar as expressões Nível I para Grupo I.

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 13.481.143-9



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Artigo 229, inc. IV:

Trata o artigo 229 de elencar, exhaustivamente, o rol de representantes do poder público estadual no Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná – COEDE/PR, cuidando para indicar em cada inciso a política pública correspondente sem, contudo, apontar o nome do órgão que comporá o Conselho, conferindo maior eficiência ao diploma normativo, uma vez que dispensa eventuais alterações quando da ocorrência de reformas administrativas no aparelho estatal que levam a modificações na estrutura dos órgãos e entidades do poder público. Todavia, o inciso IV do artigo em tela trás a indicação de que deverá compor o COEDE/PR, representantes da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, destoando, portanto, dos demais 11 incisos previstos no artigo. Ademais, a nomenclatura da secretaria em questão foi alterada pela Lei 18.374/2014, passando a denominar-se Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS. Portanto, faz-se mister adequar a redação do inciso IV do artigo 229, para contemplar uma vaga titular e outra suplente à Secretaria de Estado responsável pela política de assistência social, hoje de competência da SEDS e que reflete a demanda de representação do COEDE/PR.

Artigo 232:

O artigo 232 dispõe sobre o prazo para adequação da composição do COEDE/PR, a qual fora ampliada pelo artigo 229, determinando que a composição ampliada passará a vigorar a partir da próxima eleição do Conselho, permanecendo válida, até então, a composição prevista no Decreto nº 10.315, de 28 de fevereiro de 2014 e suas posteriores alterações.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para Impressão

Lei 18419 - 7 de Janeiro de 2015

Alterado Compilado Original



Publicado no Diário Oficial nº. 9366 de 8 de Janeiro de 2015

Súmula: Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, destinado a estabelecer orientações normativas que objetivam assegurar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de equidade de todos os direitos humanos e fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania plena, efetiva e participativa.

Art. 2.º É dever dos órgãos e entidades do Poder Público do Estado do Paraná, da sociedade, da comunidade e da família assegurar, com prioridade, às pessoas com deficiência o pleno exercício dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e maternidade, à alimentação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à habilitação e reabilitação, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação e comunicação, à acessibilidade, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade e convivência familiar e comunitária, dentre outros decorrentes da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Paraná e demais leis esparsas, que propiciam o bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. O Poder Executivo do Estado do Paraná compromete-se a tomar as medidas necessárias, tanto quanto permitir os recursos disponíveis, e quando necessário no âmbito da cooperação internacional, nacional, estadual e municipal, a fim de assegurar progressivamente o pleno exercício desses direitos, sem prejuízo das obrigações contidas na presente Lei que forem imediatamente aplicáveis, de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Art. 3.º São consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em equidade de condições com as demais pessoas.

Art. 4.º Para fins de aplicação da presente Lei, considera-se:

I - apoio especial: a orientação, a supervisão, as ajudas técnicas, entre outros elementos que auxiliem ou permitam compensar uma ou mais limitações motoras, sensoriais, mentais ou intelectuais da pessoa com deficiência, favorecendo a sua autonomia e sua independência, de forma a contribuir com sua inclusão social, bem como beneficiar processo de habilitação e reabilitação ou qualidade de vida;

II - ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico, visando à melhoria da funcionalidade e qualidade de vida da pessoa com deficiência, como produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados, incluindo-se órteses e próteses, equipamentos e elementos necessários à terapia e à reabilitação da pessoa com deficiência, elementos de cuidado e de higiene pessoal de uso diário necessários para facilitar a autonomia e a segurança da pessoa com deficiência, bolsas coletoras para pessoas ostomizadas, material para cateterismo vesical, bloqueadores, protetores, filtros e demais preparados antissolares para terapias, cão-guia, leitores, ledores, entre outros;

III - procedimentos especiais: meios utilizados para auxiliar à pessoa que, devido ao seu grau de deficiência, exige condições peculiares para o desenvolvimento de atividades, como jornada de trabalho variável, horário flexível, entre outros.

III - câncer;

IV - transtornos mentais graves;

V - HIV;

VI - mucoviscosidade;

VII - hemofilia;

VIII - esclerose múltipla.

Art. 81. As empresas que exploram, através de concessão ou permissão do Estado, o transporte coletivo intermunicipal no estado do Paraná, ficam obrigadas a adaptar os veículos de suas respectivas frotas.

Parágrafo único. Entende-se por adaptação todas as alterações previstas na legislação federal ou estadual vigentes.

Art. 82. Os beneficiários da isenção tarifária de que trata este Capítulo deverão promover a reserva da passagem com antecedência mínima de três horas do embarque, nos casos de linhas de transporte coletivo intermunicipal.

Art. 83. A empresa transportadora que recusar ou dificultar a utilização do passe livre, a qualquer pretexto, sofrerá as sanções previstas na legislação estadual vigente.

Art. 84. As empresas que exploram o transporte coletivo intermunicipal deverão comunicar aos estabelecimentos comerciais onde são efetuadas as paradas para as refeições que passarão a operar com ônibus adaptados para o transporte de pessoas com deficiência, a fim de que esses estabelecimentos contem com banheiros e demais instalações adaptadas para receber esses usuários nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Os estabelecimentos comerciais de que trata este artigo que não atenderem ao pedido de adaptação deverão ser substituídos por outros que apresentem condições de receber usuários com deficiência.

Art. 85. Somente poderão se beneficiar desta isenção usuários do transporte coletivo cuja renda bruta familiar per capita não seja superior a dois salários mínimos estadual do Grupo I.

Art. 86. A isenção de tarifa à pessoa com deficiência, mediante expedição de carteira específica, será concedida pelo setor designado pela Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência, após análise e conferência dos seguintes documentos comprobatórios:

I - requerimento de concessão do passe livre em formulário específico, contendo declaração de carência de recursos financeiros pelo interessado, procurador ou representante legal, juntando comprovante de rendimentos do requerente e das pessoas com as quais reside, dirigido à Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência, conforme modelo a ser disponibilizado pela mesma Secretaria;

II - laudo médico de avaliação fornecido por profissional habilitado no Sistema Único de Saúde - SUS, da Secretaria de Estado responsável pela política pública da saúde, ou da Secretaria de Saúde do município de domicílio com identificação do paciente, o qual deverá conter informações sobre a deficiência, sobre necessidade de acompanhante, se a deficiência é permanente ou necessita de nova avaliação, bem como a data da reavaliação, entre outras informações conforme modelo definido pela Resolução nº 246, de 7 de abril de 2010 da Secretaria de Estado responsável pela política pública da saúde ou pelo modelo que venha a substituí-la;

III - ficha cadastral do requerente conforme modelo emitido pelo Governo do Estado do Paraná, por Intermédio da Secretaria de Estado responsável pela política pública do trabalho, emprego e economia solidária, a ser preenchida junto ao CEAS/PR;

IV - uma foto 3X4 recente, sem rasuras ou danificações, viabilizando a identificação imediata do requerente;

V - uma fotocópia legível da Carteira de Identidade (RG);

VI – uma fotocópia legível do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

VII – uma fotocópia do comprovante de residência;

§ 1º Nos casos em que houver a prescrição médica da necessidade de acompanhante, deverá ser indicado no requerimento de concessão do benefício o nome de até três pessoas maiores de dezoito anos, anexando a este, fotocópia do RG legível destas pessoas.

§ 2º O Governo do Estado do Paraná, por Intermédio da Secretária de Estado da Saúde, emitirá nota técnica disponibilizando novo modelo de laudo médico atendendo às disposições desta Lei.

§ 3º Na hipótese do interessado não ser alfabetizado ou estar impossibilitado de assinar, será admitida a impressão digital na presença do funcionário do órgão autorizador que fará a identificação, ou a assinatura a rogo, na presença de duas testemunhas.

§ 4º A falsa declaração ou comprovação de renda mensal sujeitará o infrator às penas da lei, bem como à perda do benefício.

Art. 87. Nos casos de deficiência permanente fica dispensada a apresentação de laudo médico na renovação da concessão do passe livre, devendo apresentar novamente os demais documentos exigidos no art. 85 desta Lei.

- ☐ **Art. 88.** Os procedimentos administrativos para requerimento e concessão do benefício do passe livre serão regulamentados pelo Poder Executivo do Estado do Paraná, no prazo de noventa dias pela Secretaria de Estado responsável pela política pública voltada à pessoa com deficiência e pela Secretaria de Estado responsável pelo transporte.

Parágrafo único. Enquanto não estiver em vigor a regulamentação do procedimento administrativo necessário à concessão do passe livre, previsto no caput deste artigo, deverá ser utilizado o procedimento vigente até a publicação desta Lei.

Art. 89. O requerimento do passe livre será indeferido nos casos de:

I – documentação incorreta ou incompleta;

II – renda bruta per capita superior a dois salários mínimos estadual do Nível I;

III – tratamento realizado no município de sua residência, quando se tratar de pessoa com doença crônica.

- ☐ **§ 1º** Os requerimentos indeferidos serão restituídos ao requerente, via correio, mediante ofício especificando o motivo do indeferimento.

- ☐ **§ 2º** Sanado o motivo do indeferimento, este poderá ser reenviado ao setor responsável da Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência para nova análise.

Art. 90. O requerente que tiver o benefício do passe livre indeferido poderá requerer a revisão da decisão pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE/PR.

Art. 91. A carteira do passe livre concedida à pessoa com deficiência terá validade de quatro anos, exceto nos casos em que houver indicação em laudo médico sobre a necessidade de nova avaliação em prazo inferior.

Art. 92. A carteira do passe livre concedida à pessoa com doença crônica terá validade de dois anos, exceto nos casos em que houver indicação em laudo médico sobre a necessidade de nova avaliação em prazo inferior a dois anos.

Art. 93. Na carteira concedida ao beneficiário deverão constar os seguintes dados:

I – nome e dados de identificação do beneficiário;

II – foto do beneficiário;

III – indicação da deficiência ou doença crônica apontada no laudo médico;

IV – a necessidade ou não de acompanhante;

V – os dados de identificação dos acompanhantes indicados;



VI - data de expedição da carteira;

VII - data de validade da carteira.



Art. 94. Somente terá direito à isenção tarifária de que trata este Capítulo o acompanhante que possuir nome e dados pessoais descritos na carteira do passe livre do beneficiário, restringindo-se a um acompanhante por viagem.

Art. 95. A verificação pelas empresas concessionárias ou permissionárias da necessidade de acompanhante para o beneficiário será constatada mediante a conferência da inscrição na carteira concedida ao beneficiário.

Parágrafo único. Quando solicitado pelas empresas concessionárias ou permissionárias de transporte, o acompanhante deverá apresentar documento de identificação com foto e as indicações de acompanhantes constantes na carteira concedida ao beneficiário, podendo esta solicitação ser realizada tanto no momento da aquisição da passagem quanto no embarque do ônibus.

Art. 96. O beneficiário perderá o direito ao passe livre nos casos de:

I - emissão de falsa declaração ou falsa comprovação de renda mensal no momento do pedido do benefício;

II - uso do benefício para fins diversos dos estabelecidos nesta Lei;

III - existência de membros da família com renda superior a dois salários mínimos estadual do Nível I no momento da renovação do passe livre concedido (aumento de renda familiar posterior à concessão do benefício).

Art. 97. As Secretarias de Saúde do Estado e dos municípios deverão dar ampla divulgação dos locais para avaliação, e os Conselhos Municipais e entidades, a que se refere este Capítulo, deverão também divulgar os locais para expedição das carteiras e procedimentos adotados para tal fim.

Art. 98. As empresas concessionárias ou permissionárias deverão emitir o bilhete de passagem no ato da apresentação da carteira de passe livre e documento de identificação com foto.

§ 1º Na emissão do bilhete de passagem para o transporte não poderão ser cobradas taxas referentes ao uso de balsas ou ferry-boats, taxas de embarque ou de pedágio.

§ 2º As empresas prestadoras dos serviços deverão reservar, até três horas antes do embarque, no mínimo dois assentos em cada viagem, preferencialmente na primeira fila de poltronas para conferir acessibilidade às pessoas com deficiência.

§ 3º Na hipótese de nenhum beneficiário demonstrar interesse em viajar dentro do prazo previsto no § 2º deste artigo, as empresas prestadoras dos serviços poderão colocar à venda os bilhetes de referidos assentos reservados.

§ 4º Os funcionários das empresas transportadoras deverão auxiliar no embarque e desembarque dos beneficiários, tanto nos terminais das linhas como nos pontos de parada e apoio ao longo do itinerário.

§ 5º As empresas transportadoras providenciarão a capacitação permanente de seu quadro funcional para prestar o atendimento adequado aos beneficiários.

§ 6º Os equipamentos indispensáveis à locomoção e à vida da pessoa com deficiência serão transportados de forma adequada, acessível e gratuitamente pela empresa, além de sua bagagem.

§ 7º. No embarque deverá o beneficiário apresentar a carteira de isenção acompanhada de documento de identificação.

Art. 99. Compete ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER/PR e à Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC a fiscalização da utilização do benefício.

Art. 100. As adaptações a serem feitas nos veículos das frotas das empresas concessionárias ou permissionárias do transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros serão definidas pela Secretaria de Estado responsável pela política pública de infraestrutura e logística, de acordo com as normas técnicas de acessibilidade em vigor.

entidades de proteção ou de atendimento às pessoas com deficiência que pretendam integrar o Conselho Estadual;

XVI – receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às pessoas com deficiência, adotando as medidas cabíveis;



XVII – promover canais de diálogo com a sociedade civil;

XVIII – propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência;

XIX – promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros visando atender aos seus objetivos;

XX – incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

XXI – receber de órgãos públicos, entidades privadas ou de particulares todas as informações necessárias ao exercício de sua atividade.

- ☐ XXII – manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;

XXIII – avaliar anualmente o desenvolvimento estadual e municipal de atendimento especializado à pessoa com deficiência visando à sua plena adequação;

XXIV – elaborar seu Regimento Interno.

Parágrafo Único. O COEDE/PR poderá estabelecer contato direto com os órgãos do Estado, pertencentes à administração direta ou indireta, objetivando o fiel cumprimento das suas atribuições.

Art. 226. O COEDE/PR deverá apresentar, no prazo de 120 (cento e vinte dias) da data de promulgação desta Lei, o Plano Estadual da Pessoa com Deficiência, o qual deverá contemplar programas, projetos e ações para sua concretização, que deverão ser contemplados pelo Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Art. 227. O COEDE/PR deverá convocar a Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a qual deverá realizar-se em data anterior à Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

- ☐ **Art. 228.** O COEDE/PR será composto por 24 (vinte e quatro) membros e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado.

Art. 229. A representação do poder público será composta da seguinte forma:

I – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência, que preferencialmente atuem na área, a serem indicados pelo titular da Pasta;

II – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública da saúde, a serem indicados pelo titular da Pasta;

III – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública do trabalho, emprego e economia solidária, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IV – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da família e desenvolvimento social, a serem indicados pelo titular da Pasta;

V – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública da educação, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VI – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública da justiça, cidadania e direitos humanos, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VII – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política

pública da ciência, tecnologia e ensino superior, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VIII – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública de segurança pública, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IX – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública da cultura, a serem indicados pelo titular da Pasta;

X – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública do turismo, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XI – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública do esporte, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XII – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública do planejamento e coordenação geral, a serem indicados pelo titular da Pasta.

Parágrafo Único. Os representantes governamentais serão preferencialmente servidores com deficiência ou pessoas comprometidas com a causa da pessoa com deficiência.

Art. 230 A representação da sociedade civil organizada será eleita e composta por doze representantes, dentre as entidades eleitas em Assembleia, sendo dois representantes das seguintes áreas de atuação:]

I - deficiência física;

II - deficiência auditiva e/ou surdez;

III - deficiência intelectual;

IV - deficiência visual e/ou cego;

V - transtorno global do desenvolvimento;

VI - múltipla deficiência.

Art. 231. Na ausência de entidade com representação estadual em qualquer das áreas descritas no art. 230 desta Lei, será indicada outra mediante eleição entre as demais entidades.

Art. 232. A ampliação da composição do COEDE/PR prevista nesta Lei será implementada nas próximas eleições.

Art. 233. Serão convidados a participar das reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná – COEDE/PR, com direito a voz, sem direito a voto:

I – um representante do Poder Judiciário do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

II – um representante do Ministério Público do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná;

III – um representante da Defensoria Pública do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Defensor Público Geral do Estado do Paraná;

IV – um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná;

V – um representante da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná.

Parágrafo Único. O COEDE/PR poderá convidar para participar de suas sessões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou de órgãos, públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão, e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Art. 234. A eleição dos membros representantes da sociedade civil organizada do COEDE/PR será realizada em assembleia convocada especificamente para este fim.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 164/2015

Projeto de Lei nº. 164/2015

Autor: Poder Executivo - mensagem nº. 005/2015

Súmula: Nova redação aos dispositivos que especifica Lei nº 18.419, de 07 de janeiro de 2015, que estabeleceu o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.

EMENTA: DÁ NOVA REDAÇÃO AOS DISPOSITIVOS, ART. 86, III; ART. 87; ART. 89, II; ART. 96, III; ART. 229, IV; E ART. 232, DA LEI 18.419, DE 07 DE JANEIRO DE 2015. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 005/2015, tem por finalidade apresentar nova redação aos dispositivos que especifica Lei Nº 18.419, de 07 de janeiro de 2015.

Tais redações dizem respeito aos artigos 86, inciso III; 87; 89, inciso II; 96, inciso III; 229, inciso IV e 232 da lei supracitada.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(vide ADIN 979-8)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei, diante do fato que as novas redações foram feitas para corrigir e substituir dizeres equívocos ditados em alguns artigos (descritos no preâmbulo desta análise), com o intuito de formalizar a interpretação da lei.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da **Lei Complementar Federal nº**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei complementar nº 176/2014, as
quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das
leis.


CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente
Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**.


Sala das Comissões, 17 de março de 2015.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA






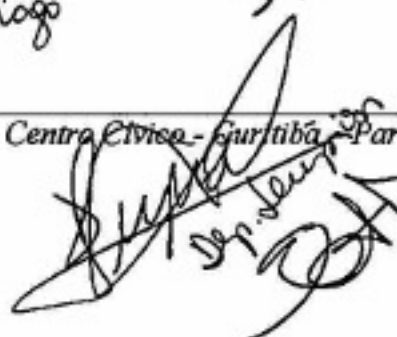





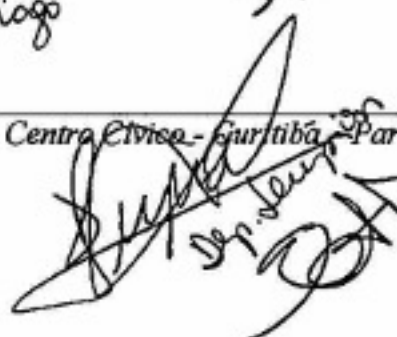





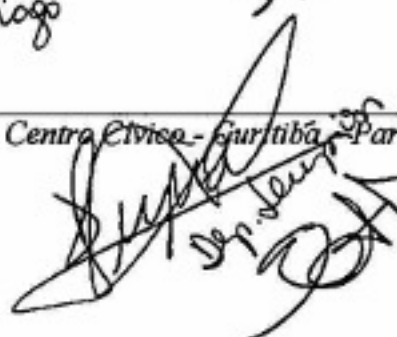





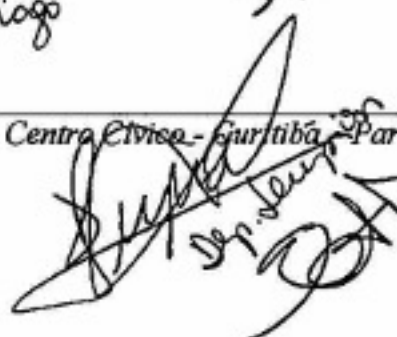





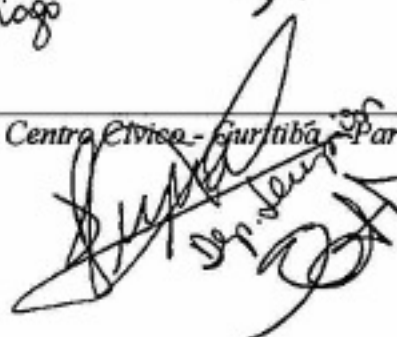





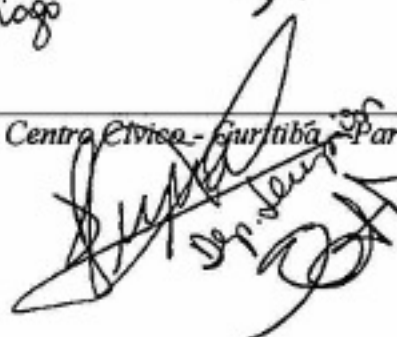





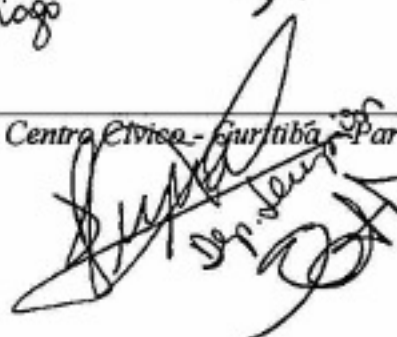





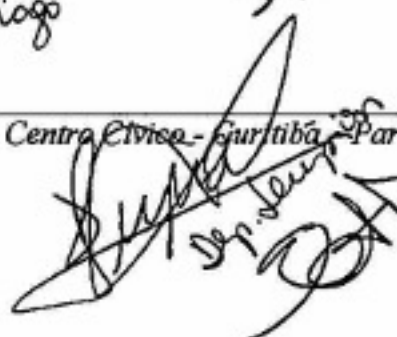





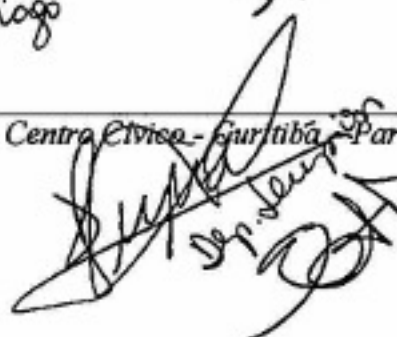





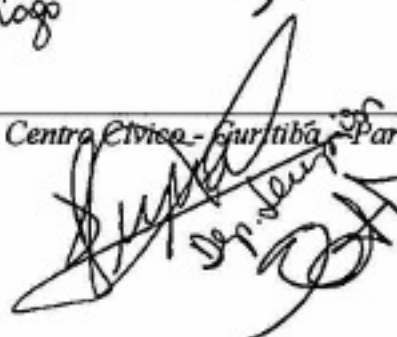





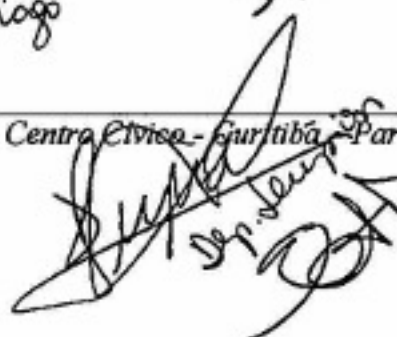





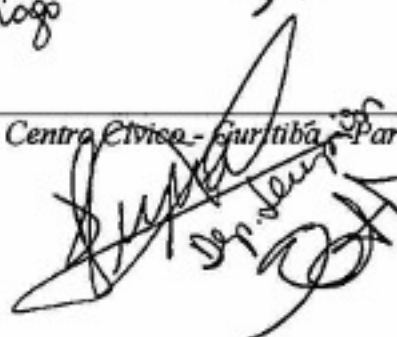





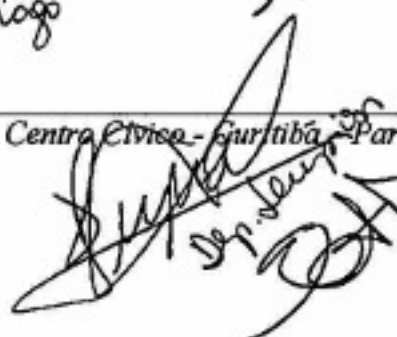





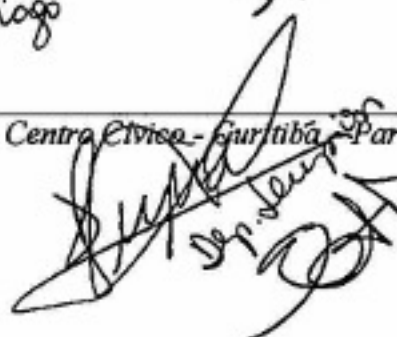





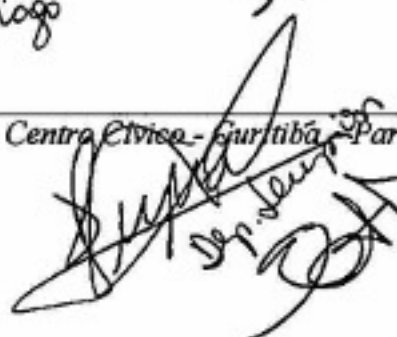





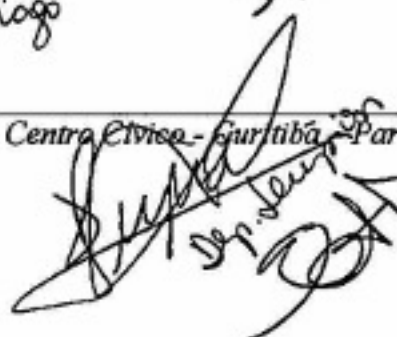





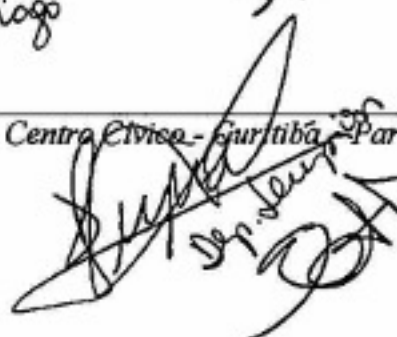





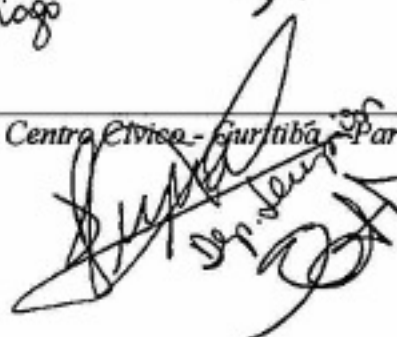





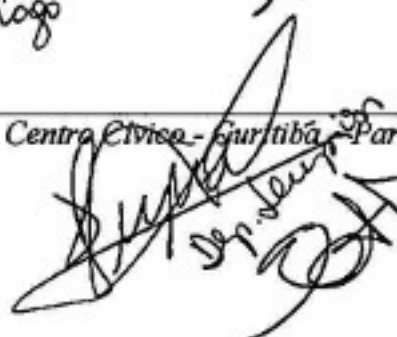





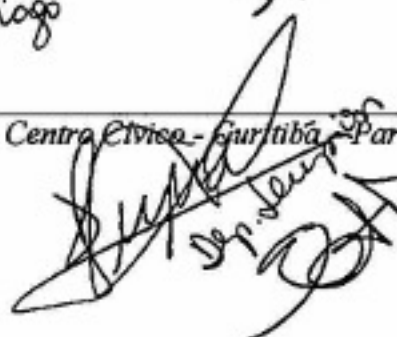





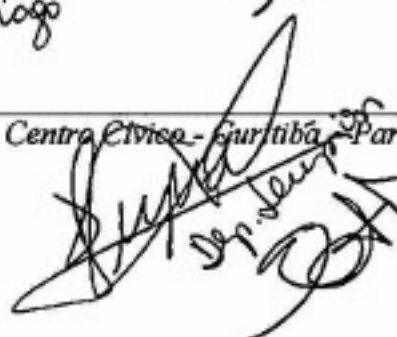





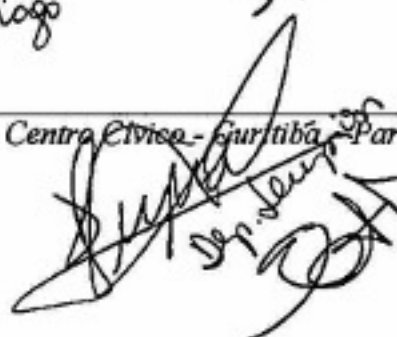





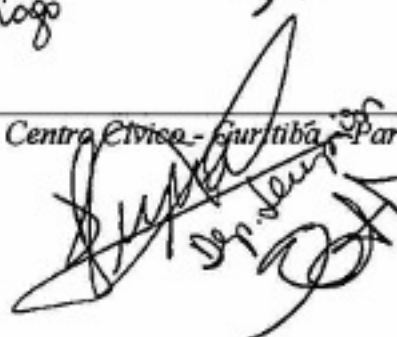





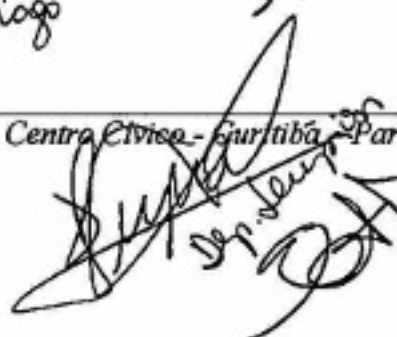





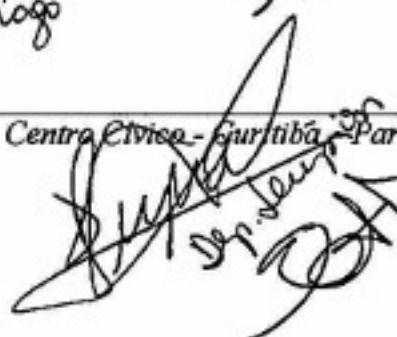





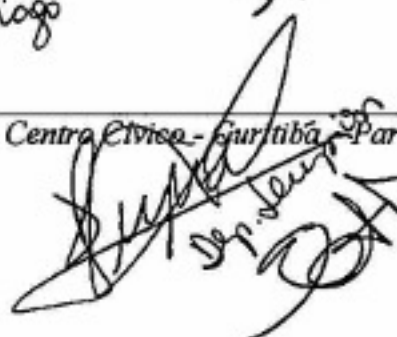





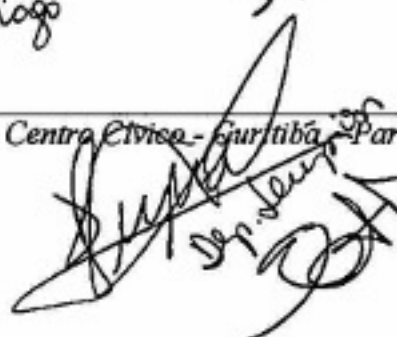





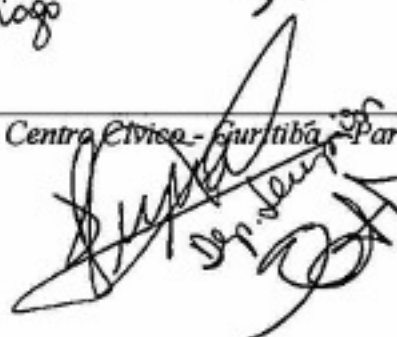





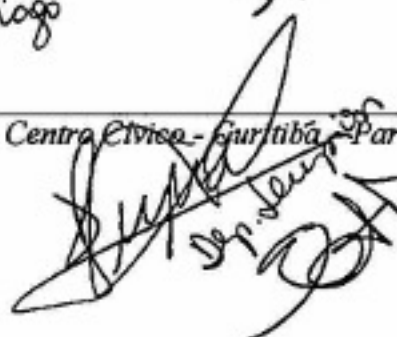





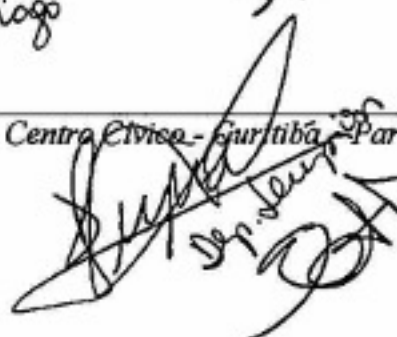





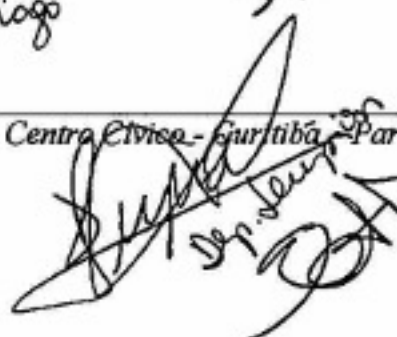





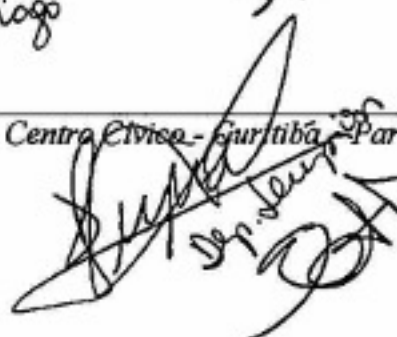





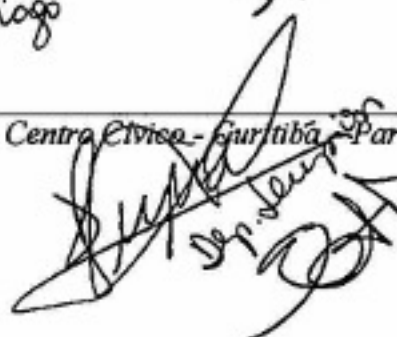





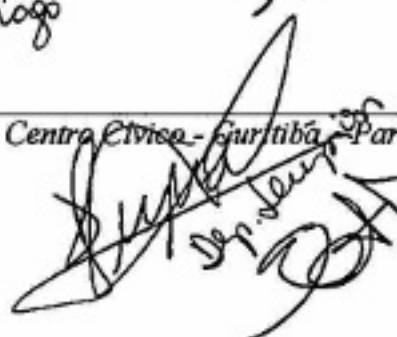





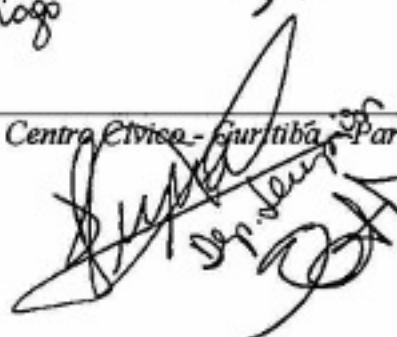





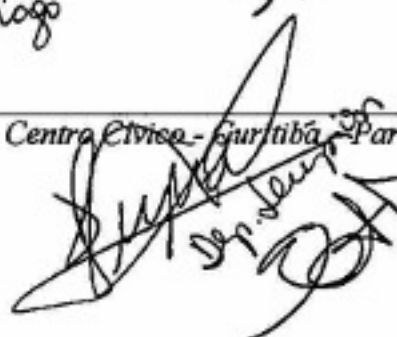





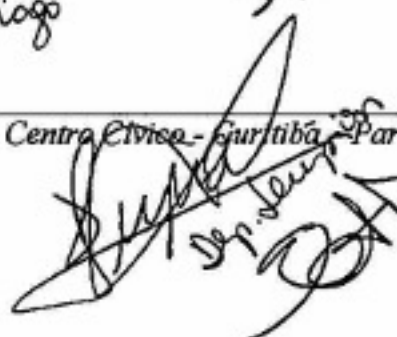





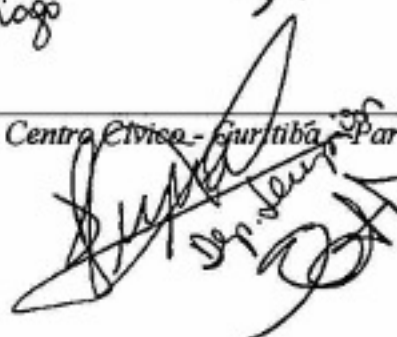





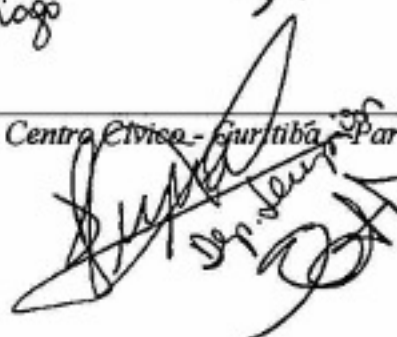





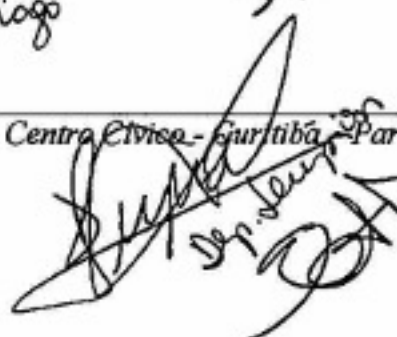





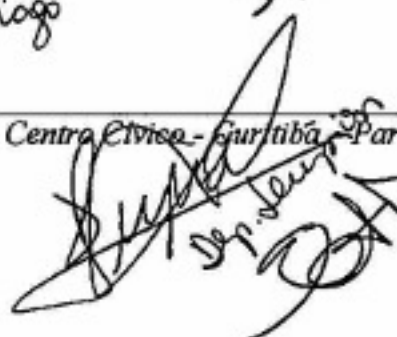





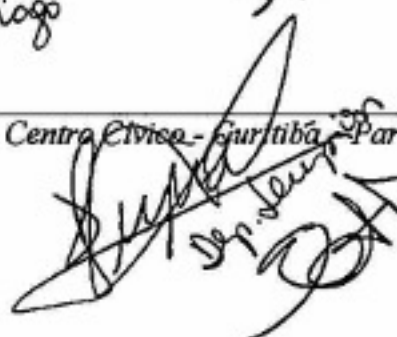





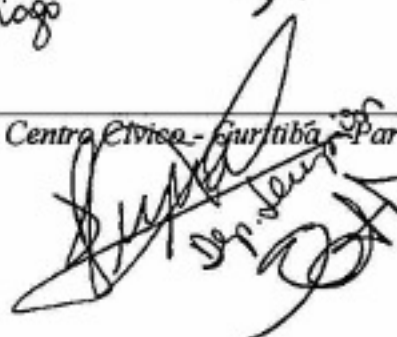





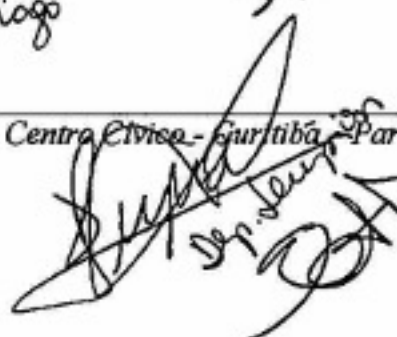





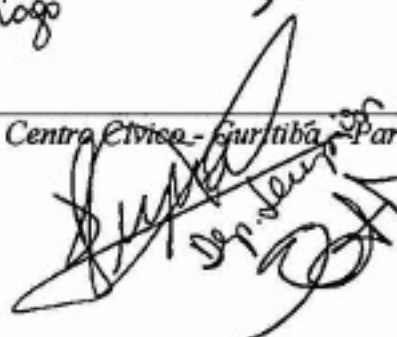





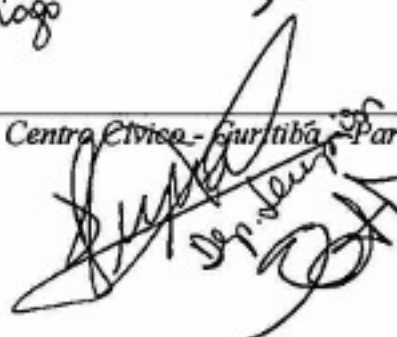





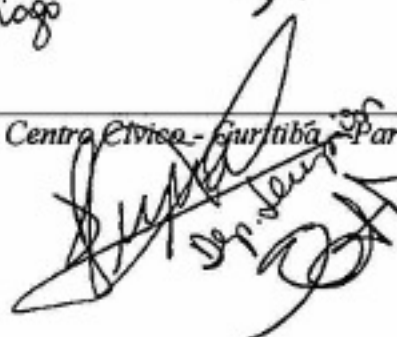





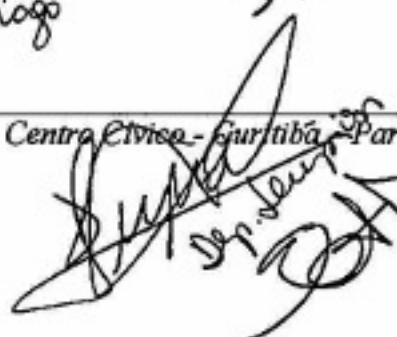





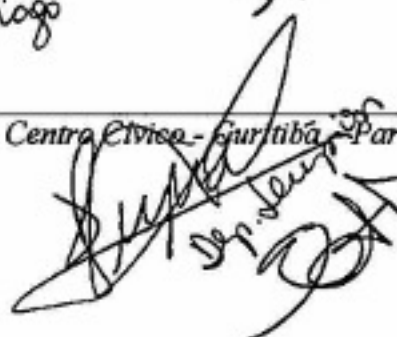





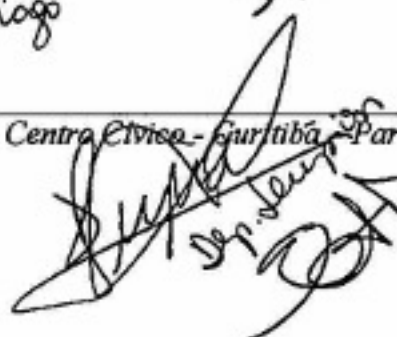





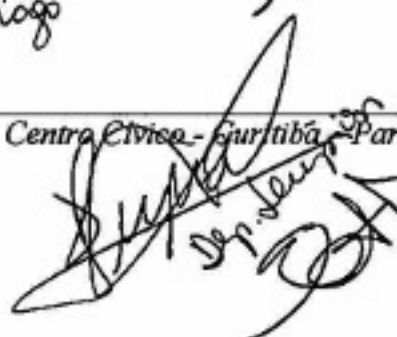





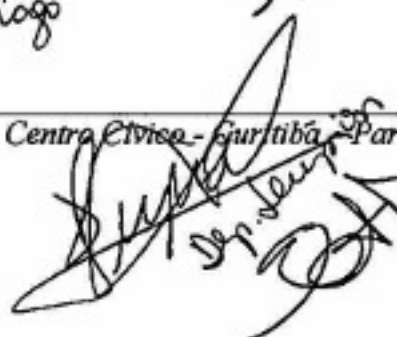





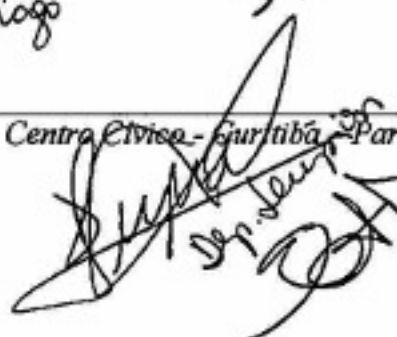





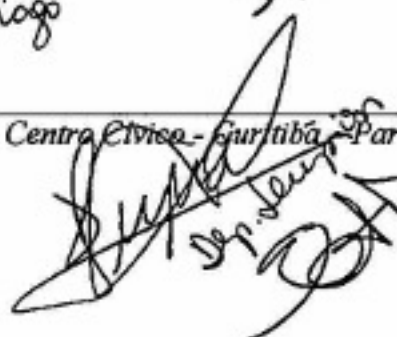





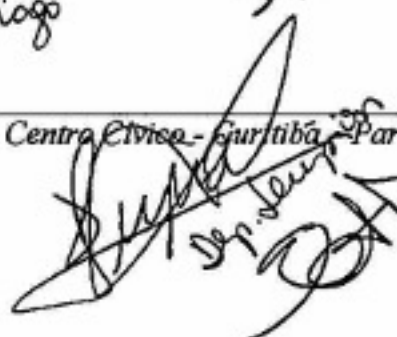





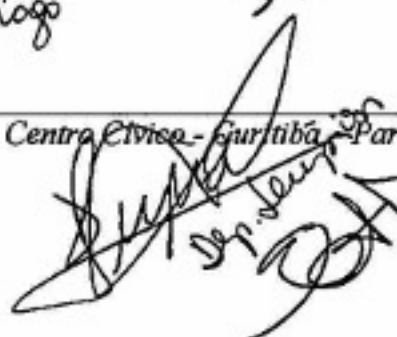





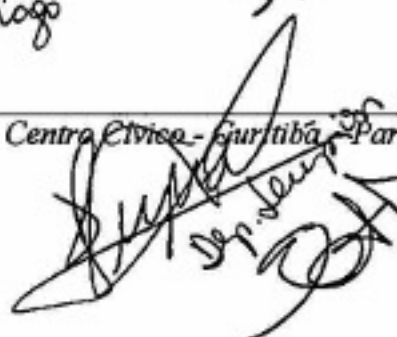





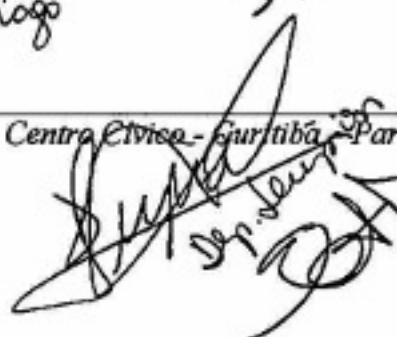





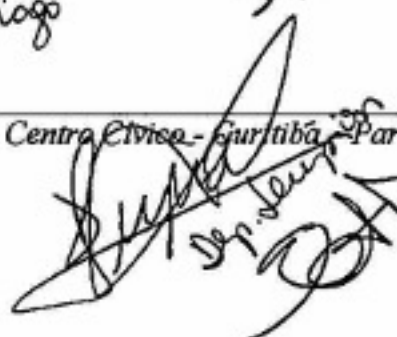





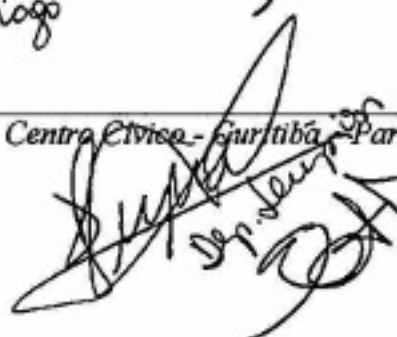



Dep. Nelson Justus
Presidente


Dep. Tiago Amaral
Relator


Dep. Tiago


Franciscini

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



REQUERIMENTO

APROVADO
À Diretoria Legislativa.

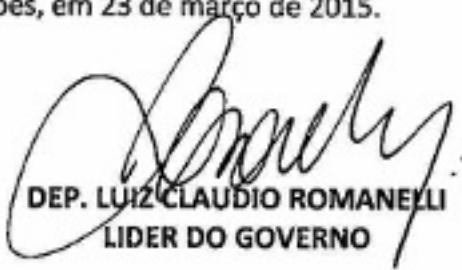
Em, 23 MAR. 2015

Mauro
1º Secretário

REQUER REGIME DE URGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 164/2015 – ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 005/15, que dispõe sobre nova redação aos dispositivos da Lei nº 18.419 de 07 de Janeiro de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer, após ouvido o Douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno REGIME DE URGÊNCIA ao PROJETO DE LEI Nº 164/2015 – ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 005/15, que dispõe sobre nova redação aos dispositivos da Lei nº 18.419 de 07 de Janeiro de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 23 de março de 2015.


DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELI
LIDER DO GOVERNO

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL 24/03/15



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 164/2015

A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 164, de 2015, de autoria do PODER EXECUTIVO, que confere nova redação a artigos da Lei nº 18.419, de 7 de janeiro de 2015, sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.

RELATORA: Deputada **MARIA VICTÓRIA**

I – RELATÓRIO

Inicialmente distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto recebeu parecer favorável quanto à constitucionalidade e legalidade.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 164, de 2015, de autoria do PODER EXECUTIVO, conferindo nova redação a artigos da Lei nº 18.419, de 7 de janeiro de 2015, que estabeleceu o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania



A proposição visa à alteração do inciso III do art. 86; do art. 87; do inciso II do art. 89; do inciso III do art. 96; do inciso IV do art. 229 e do art. 232 da Lei acima mencionada.

Em uma análise pormenorizada das alterações que se pretende fazer, vislumbra-se que o art. 1º do projeto de lei em questão, que altera o inc. III do art. 86 da Lei 18.419, de 2015, apenas estabelece que a ficha cadastral do requerente à isenção deverá ser emitida pela Secretaria de Estado responsável pela política pública da pessoa com deficiência e preenchida junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná – COEDE/PR, devido ao fato de o Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná - CEAS, que constava da Lei original, não guardar dentre suas competências a de manter cadastros de pessoas com deficiência e sim o COEDE.

Passando ao artigo 2º deste projeto, que altera o art. 87 da Lei 18.419, de 2015, a correção feita é tão somente quanto à numeração do art. relativo ao rol dos documentos exigidos, sendo ele o art. 86 e não 85, como constou originalmente.

Adiante, os arts. 3º e 4º deste projeto de lei, visam à alteração do inc. II do art. 89, e do inc. III do art. 96, respectivamente, da Lei 18.419, de 2015, notadamente no que tange à alusão feita à Lei nº 18.059, de 2014, quanto ao salário mínimo, vez que a Lei trata de Grupos salariais e não de níveis salariais.

O art. 5º adequa o texto para que os membros indicados no inc. IV do art. 229 da Lei 18.419, de 2015, para composição do COEDE, sejam da Secretaria de Estado responsável pela política pública de Assistência Social a fim de dispensar outras alterações quando houver



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania



reformas administrativas.

Por fim, o art. 6º altera o art. 232, que dispõe sobre o prazo para adequação da composição do COEDE, determinando que a ampliação será implementada a partir da próxima eleição.

Em sua justificativa, o Excelentíssimo Governador destaca tratarem-se apenas de alterações a título formal e também de adequação da Lei.

É o relatório. Passo à análise da propositura.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 33, U, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Art. 33-U Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal, bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, este projeto de lei preenche os



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania



requisitos insculpidos nos arts. 65 da Constituição Estadual e 124 do Regimento Interno da Casa, que trazem a competência do Governador do Estado para deflagrar projetos como ao qual se prolata o presente parecer.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ademais, salutar mencionar que a proposição, no que tange à técnica legislativa, atende aos ditames estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e pela Lei Complementar nº 176, de 11 de julho de 2014, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e trazem normas que devem ser respeitadas quando da elaboração de Leis.

Neste passo, e passando-se à análise do mérito, insta ressaltar serem importantes as alterações pretendidas, pois têm o objetivo de adequar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, sem trazer prejuízo algum àquele diploma legal.



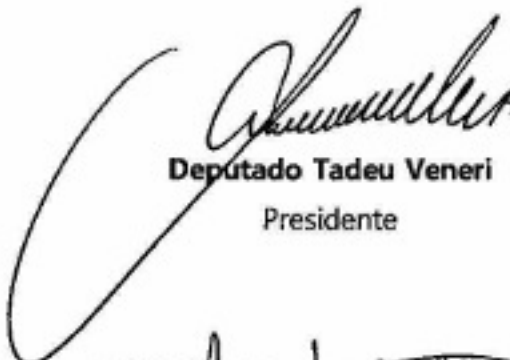
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania



III – CONCLUSÃO

Com efeito, e diante do fato de que as alterações que se pretende fazer com a proposição em tela são, em sua maioria, formais, a fim de adequar o Estatuto, esta Comissão emite parecer FAVORAVEL ao Projeto de Lei nº 164/2015.

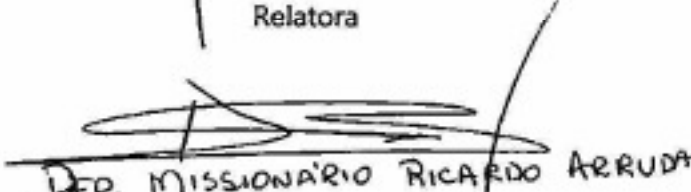
Sala das Comissões, 30 de março de 2015.



Deputado Tadeu Veneri
Presidente



Deputada Maria Victória
Relatora



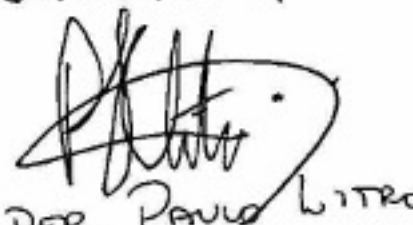
DEP. MISSIONÁRIO RICARDO ARRUDA



DEP. ANÍBAL NETO



DEP. CHICO BRASILEIRO



DEP. PAULO LITRO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 8/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 MAR. 2015

1º Secretário

Aprova a prestação de contas das despesas dos
Senhores Deputados, mês de janeiro de 2015.


ART. 1º.-

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003 de 15 de março de 2004, com as modificações previstas na Resolução nº. 003 de 13 de abril de 2009 e Atos da Mesa Executiva, nºs. 1551/2013 e 1873/2013, referente ao mês de janeiro de 2015.


ART. 2º.-


Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 11 de março de 2015.


DEPUTADO ELIO LINO RUSCH
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
Relator


Dep. Tico Medeiros


Dep. Ricardo Almeida


Dep. Francisco Bui



JUSTIFICATIVA

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 3, 13 de abril de 2009.

Formalizou-se a prestação de contas, apreciada e aprovada pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 004/2015/CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que destaca a prestação de contas da verba para atender despesas dos Senhores Deputados, relativas ao mês de janeiro de 2015, regulamentada pela Resolução no. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009 e Atos da Comissão Executiva nºs. 1551/2013 e 1873/2013.


Alicerçado na análise formal e nos informes contidos nos relatórios apresentados, consideramos correta a prestação de contas, dentro das normas de sua regulamentação, de acordo com a legislação em vigor, não restando óbice quanto a aprovação das contas apresentadas.

Pelo acima exposto, decide-se pela aprovação da presente Proposição, para Projeto de Resolução.


É o PARECER – FAVORÁVEL.


Sala das Comissões em, 11 de março de 2015


Dep. Tião de Deus


Dep. Ricardo Acciari


DEPUTADO ELIO LINO RUSCH
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
Relator


Dep. Francisco Badur